



Dommo Energia S.A.

Informações Trimestrais (ITR) acompanhadas do
Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre
as Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	13
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias	23

Relatório da Administração

A Administração da Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2019 (“1T19”), bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

1. Destaques da Companhia no 1T19

- Produção no Campo de Tubarão Martelo (“TBMT”) de 532,6 mil barris de petróleo (“kbbls”)
- Comercialização de 509,0 kbbls
- Receita líquida de R\$ 114,4 milhões, com margem bruta de 13,5%
- EBITDA Ajustado¹ de R\$ 15,1 milhões e margem EBITDA Ajustado de 13,2%
- Saldo de caixa de R\$ 122,9 milhões comparado a R\$ 157,3 milhões no quarto trimestre de 2018 (“4T18”)

2. Mensagem da Administração

Conforme comentado nas demonstrações financeiras do ano de 2018, a Companhia continua a enfrentar desafios no retorno à normalidade, assim como no gerenciamento de passivos fiscais e regulatórios de períodos anteriores. Os desafios e responsabilidades devem ser diligentemente considerados pelos potenciais investidores e acionistas atuais, e atenção especial é chamada para as Notas 1.3 (Continuidade), 17 (Provisões) e 19 (Contingências), onde os investidores podem encontrar mais detalhes. Deve-se notar também que, desde dezembro de 2018, o balanço patrimonial da Companhia é caracterizado por patrimônio líquido negativo, e, portanto, o valor das obrigações da Companhia é atualmente superior ao valor de seus ativos. Como sempre, a Administração continuará a se empenhar na defesa dos interesses da Dommo Energia e de seus acionistas.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia celebrou um novo aditamento ao contrato de afretamento da plataforma FPSO OSX-3 (“Novo Afretamento”²), com prazo de 20 anos. O desempenho do 1T19 reflete integralmente os termos gerais do Novo Afretamento, entre eles a taxa diária de afretamento de US\$ 129.315,00. Dessa forma, a análise dos principais indicadores de desempenho financeiro do 1T19 em relação aos períodos antecedentes deve considerar as diferentes condições relacionadas ao afretamento da plataforma.

¹ Veja [Anexo I](#) para cálculo do EBITDA Ajustado

² [Fato Relevante de 26 de novembro de 2018](#)

Ainda em conexão com o Novo Afretamento, durante o 1T19 a Companhia deu continuidade a execução da revitalização do TBMT (“Revitalização”), tendo contratado US\$ 19,3 milhões até o final do 1T19, relacionados a:

- 🔥 03 bombas centrífugas submersas (“BCS”)
- 🔥 Linhas flexíveis
- 🔥 Umbilicais
- 🔥 Colunas de produção
- 🔥 Serviços diversos relacionados à Revitalização

Do ponto de vista econômico, destacam-se dois fatores relevantes para o resultado da Companhia: (i) preço do petróleo; e (ii) taxa de câmbio.

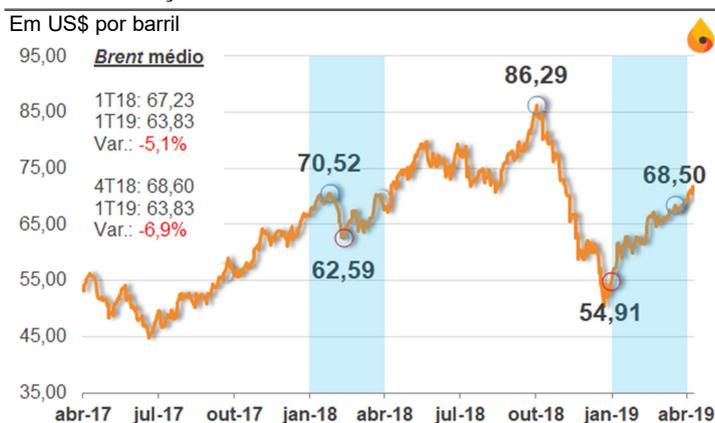
Evolução do petróleo tipo Brent

A cotação média do *Brent* durante o 1T19 apresentou forte volatilidade, com mínima de US\$ 54,91 por barril e máxima de US\$ 69,01 por barril.

A cotação média de US\$ 63,83 foi 5,1% e 6,9% inferior em relação à cotação média de US\$ 67,23 por barril do 1T18 e de US\$ 68,60 por barril no 4T18, respectivamente. O 4T18 foi marcado pela tendência de baixa nas cotações devido à decisão dos EUA de conceder permissões para que alguns países continuem a importar petróleo do Irã.

Incertezas, durante o 1T19, relacionadas a possível reversão das permissões concedidas pelos EUA resultou em novo período de volatilidade, marcado pela tendência de alta nas cotações.

Gráfico 1: Cotação do Brent



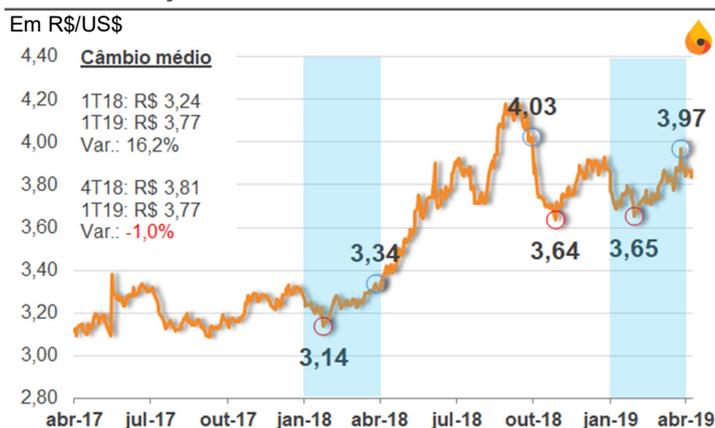
(Fonte: Bloomberg)

Variação cambial

O mercado de câmbio iniciou 2019 registrando desvalorização do Dólar em relação ao Real, que registrou mínima de R\$ 3,65 em janeiro, mas essa tendência foi revertida durante o 1T19, tendo atingido máxima de R\$ 3,97 em 28 de março. As oscilações dizem respeito, principalmente, a eventos no contexto político-econômico em torno da discussão acerca da tramitação da Reforma da Previdência.

No 1T19, a cotação média do Dólar em relação ao Real foi de R\$ 3,77 representando uma desvalorização de 1,0% em relação à cotação média de R\$ 3,81 do 4T18 e uma apreciação de 16,2% em relação à cotação média de R\$ 3,24 no 1T18.

Gráfico 2: Cotação do Dólar



(Fonte: Banco Central)

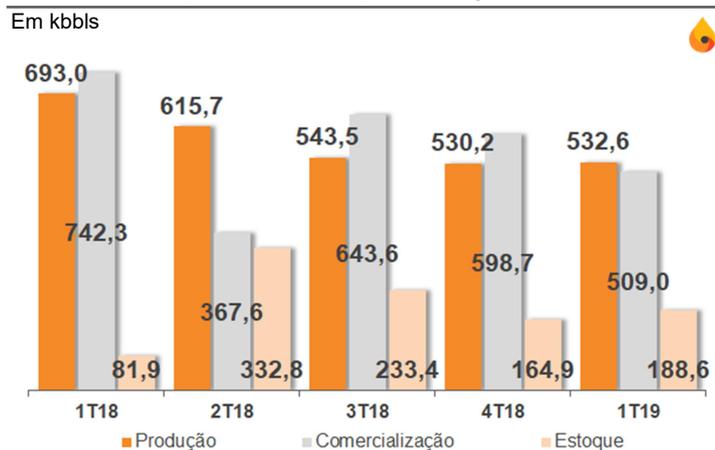
Desempenho operacional

A Companhia opera com 3 poços produtores desde o dia 29 de junho de 2018, quando o poço 7-TBMT-2HP teve sua produção interrompida por tempo indeterminado devido a uma falha na BCS.

A produção durante o 1T19 foi de 532,6 kbbls, estável em relação ao trimestre imediatamente anterior. O menor volume produzido em relação ao mesmo período do ano anterior, se deve ao fato de que no 1T18 4 poços produtores eram operados.

O Bloco BS-4 ("BS-4"), no qual a Companhia tem uma participação de 40% e que é objeto de procedimento arbitral, iniciou a produção em maio de 2018, tendo produzido um total de 1.102,6 kbbls no 1T19, registrando uma média diária de aproximadamente 12,1 kbbls pelo Petrojarl I, de acordo com dados do operador. A parcela da produção da Companhia no ativo é de 441,0 kbbls.

Gráfico 3: Produção, Comercialização e Estoque



3. Ativos operacionais

Campo de Tubarão Martelo

O Campo de Tubarão Martelo estende-se pelas áreas dos contratos de concessão dos blocos exploratórios BM-C-39 e BM-C-40 e está situado na Bacia de Campos, em profundidade d'água de 110 metros, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia é a operadora do ativo, tendo adquirido 100% dos direitos de exploração e produção em 2007, na 9ª Rodada de Licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). O início da produção ocorreu em 2 de dezembro de 2013 e já superou a marca de 15 milhões de barris de óleo produzidos.

A produção no TBMT é atualmente realizada com 3 poços produtores, sendo que no 1T19 a produção diária média foi 5,9 kbbls, estável em relação ao 4T18.

Os novos termos e condições estabelecidos no Novo Afretamento, celebrado em 26 de novembro de 2018, proporcionaram à Companhia a visibilidade necessária e o comprometimento de longo prazo para investir no TBMT e aumentar a sua produção. Dessa forma, os investimentos planejados e aprovados para o TBMT estão sendo retomados, com o início de um plano de revitalização que consiste na conclusão do quinto poço, 4HP, que já foi perfurado e precisa ser conectado a FPSO OSX-3, bem como atividades de *workover* nos quatro poços produtores, conhecidos como 2HP, 6HP, 8H e 44HP. O objetivo é elevar a produção do TBMT para uma estimativa de 10,0 kbbls por dia até o final de 2019. A Companhia estima que o gasto da Revitalização será de até USD 77,9 milhões, montante este que deverá ser desembolsado ao longo dos próximos 12 a 18 meses e será financiado pelos saldos de caixa existentes e pela futura geração de caixa.

A Revitalização será realizada em duas campanhas e, contempla, na primeira etapa a conclusão do poço 7-TBMT-4HP, que já está perfurado, mas não interligado à FPSO OSX-3, o *workover* do poço 7-TBMT-2HP e a aquisição de uma BCS reserva. A segunda etapa será direcionada aos outros três poços produtores, e consistirá em atividades de *workover* conforme as mesmas sejam necessárias.

Campos de Atlanta e Oliva – Bloco BS-4

O BS-4, composto pelos Campos de Atlanta e Oliva, está situado na região pós-sal da Bacia de Santos, localizado aproximadamente à 185 km da costa, em lâmina d'água com cerca de 1.550 metros.

Conforme divulgado pela Companhia por meio do fato relevante de 23 de outubro de 2017, há um procedimento arbitral ("Arbitragem") administrado pela *London Court of International Arbitration* – LCIA, envolvendo a Companhia e os demais integrantes do consórcio ("Consórcio"). No dia 25 de setembro de 2018 a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo Tribunal Arbitral ("Decisão") relativa à primeira fase do

procedimento, a qual declarou, dentre outras coisas, que a notificação emitida por um membro do Consórcio em 10 de outubro de 2017 (“Notificação”) foi considerada válida à época de sua realização. A Notificação tinha o intuito de exercer, sem oferta de pagamento de preço, a opção de exigir a exclusão da Companhia do *Joint Operating Agreement* – JOA, do contrato de Consórcio e do contrato de Concessão, todos relativos ao BS-4.

A primeira fase da Arbitragem não comportava produção de provas, tendo a Decisão previsto que, em nova(s) fase(s) da Arbitragem, mediante produção de provas, a Companhia ainda possa pleitear anulação da sua exclusão e da transferência compulsória da sua participação no BS-4 e/ou indenização por perdas e danos contra os demais membros do Consórcio.

A referida Decisão não é definitiva e existe a possibilidade de a validade da Notificação que determinava a exclusão da Dommo do Consórcio ser anulada em uma etapa subsequente da Arbitragem, com a produção de provas que deem suporte à tal anulação. Ainda assim, tanto a Decisão já proferida, quanto eventuais futuras decisões de etapas subsequentes somente serão consideradas juridicamente válidas, eficazes e exequíveis em território nacional após os procedimentos de homologação de sentença estrangeira, a cargo do Superior Tribunal de Justiça – STJ, nos termos da Constituição Federal e da legislação vigente. Após eventual homologação da sentença arbitral estrangeira pelo STJ, a transferência efetiva da participação do ativo, parcial ou total, pela Companhia somente poderá ocorrer após a sua aprovação pela ANP.

4. Outros ativos

Participação societária

A Companhia, através da sua subsidiária integral Dommo Áustria GmbH (“Dommo Áustria”), detém 4.958.471 ações de emissão da Eneva S.A. (“Eneva”) contabilizadas e classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas como Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de março de 2019 o valor marcado a mercado dessas ações era R\$ 91,7 milhões.

Conforme comunicado ao mercado³ divulgado em 27 de março de 2019, a Companhia aderiu a oferta pública secundária (“Oferta”) da Eneva participando com a totalidade das ações detidas, na qualidade de vendedora.

Campo de Tubarão Azul (“TBAZ”)

Considerando que não se encontrou alternativa viável para continuar as atividades no TBAZ, localizado na Bacia de Campos, a devolução da concessão foi solicitada à ANP, conforme fato relevante divulgado em 20 de setembro

³ [Comunicado ao mercado 27 de março de 2019](#)

de 2016. A Companhia, na condição de operadora, iniciou em 2017 o processo de descomissionamento do campo e abandono dos poços, tendo concluído esta última atividade no primeiro trimestre de 2018. O processo de descomissionamento do campo encontra-se em andamento.

5. Desempenho financeiro

As demonstrações financeiras são apresentadas em bases consolidadas, em Reais, e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A partir do 1T19, a divulgação dos resultados adere aos requerimentos de divulgação sobre a nova norma de arrendamentos (CPC 06 (R2) | IFRS 16), sendo os principais impactos na Companhia referentes a:

- ♦ Balanço patrimonial: valor contábil dos ativos de direito de uso e as rubricas correspondentes
- ♦ Demonstração de resultado: despesas de amortização dos ativos de direito de uso e despesas financeiras atreladas ao arrendamento

Tabela 1: Principais Métricas

Em R\$ milhões

	1T19	4T18	Var. %	1T18	Var. %
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	3,77	3,81	-1,0%	3,24	16,2%
Volume comercializado (kbbbls)	509,0	598,7	-15,0%	742,3	-31,4%
Receita líquida	114,4	129,8	-11,9%	146,8	-22,0%
Custo do produto vendido	(99,0)	(94,8)	-4,4%	(72,3)	36,9%
Lucro bruto	15,4	35,0	-56,0%	74,5	79,3%
Margem bruta	13,5%	27,0%	-13,4 p.p	50,7%	-37,2 p.p
EBITDA Ajustado	15,1	28,4	-46,8%	63,8	-76,3%
Margem EBITDA Ajustado	13,2%	21,8%	-8,6 p.p	43,5%	-30,2 p.p
Lucro (prejuízo) do período	(40,8)	(329,3)	-87,6%	64,1	163,7%

A receita líquida de R\$ 114,4 milhões no 1T19 representa retração de 11,9% e 22,0% quando comparada a receita do 4T18 e do 1T18 respectivamente. O menor resultado auferido decorre da combinação:

- ♦ da cotação média do *Brent* de US\$ 63,83 por bbl, representando recuo de 6,9% em relação ao 4T18 (US\$ 68,60/bbl) e 5,1% em relação ao 1T18 (US\$ 67,23/bbl);

- do menor volume comercializado, 509,0 kbbls, representando retração de 15,0% comparado ao 4T18 (598,7 kbbls) e 31,4% ao 1T18 (742,3 kbbls);
- de efeitos da variação cambial.

O 1T19 captura os termos e condições do Novo Afretamento que compõe o custo do produto vendido (“CPV”). Dessa forma, o custo unitário médio em dólar do barril comercializado no 1T19 foi 24,2% superior ao custo unitário médio do 4T18 e 71,9% superior em relação ao 1T18, explicando a retração do lucro bruto e EBITDA Ajustado quando comparado a estes trimestres.

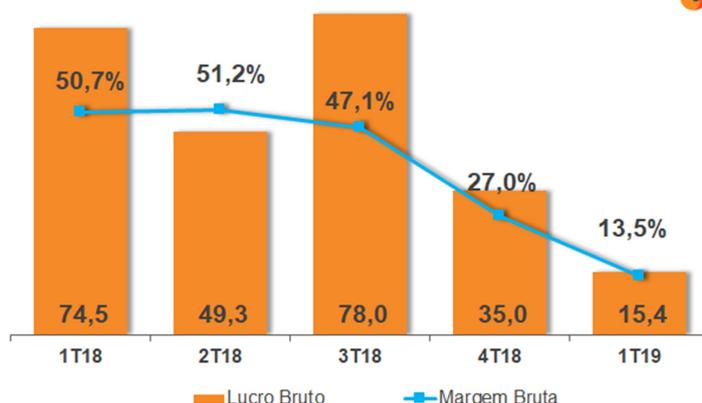
Lucro bruto

Efeito da menor cotação do *Brent* e do aumento do CPV, no 1T19 a Companhia registrou lucro bruto de R\$ 15,4 milhões, uma retração de 56,0% em relação ao 4T18, em que foi auferido o montante de R\$ 35,0 milhões.

Consequentemente, a margem bruta da Companhia também foi afetada, passando de 27,0% no 4T18 para 13,5% no 1T19

Gráfico 4: Lucro Bruto e Margem Bruta

Em R\$ milhões

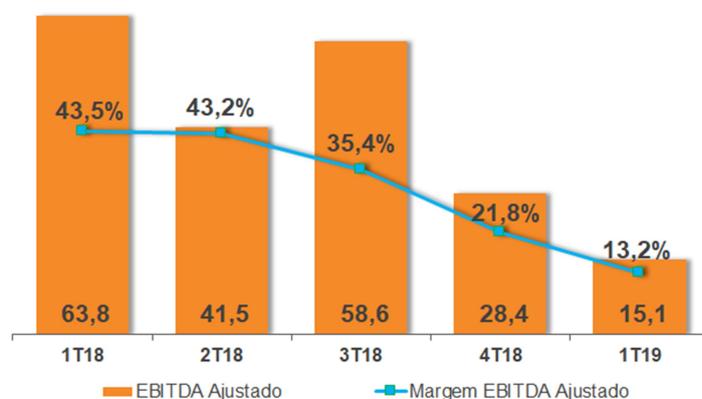


EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado no 1T19 de R\$ 15,1 milhões, margem de 13,2%, comparado a R\$ 28,4 milhões no 4T18 (margem de 21,8%).

Gráfico 5: EBITDA Ajustado

Em R\$ milhões



Lucro/Prejuízo Líquido

Para análise de efeito caixa o lucro ou prejuízo líquido deve ser ajustado, pois parcela relevante do resultado é atribuída a resultados não recorrentes e sem efeito caixa. O Gráfico 6 ilustra a composição dos resultados líquidos.

No 1T19 quando realizados os ajustes supramencionados, o resultado seria um prejuízo líquido de R\$ 14,1 milhões. O mesmo ajuste no 4T18 e 1T18, resultaria em prejuízo líquido de R\$ 128,6 milhões e lucro líquido de R\$ 67,2 milhões.

Ativo

O Ativo total da Companhia ao final do 1T19 era R\$ 1.620,7 milhões sendo R\$ 296,4 milhões contabilizado como Ativo Circulante e composto principalmente por (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) estoque de óleo. Parcela significativa do ativo é resultado da aderência a nova norma de divulgação do arrendamento, registrado na rubrica direitos de uso no valor de R\$ 978,9 milhões.

O Gráfico 7 apresenta a evolução da posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia. Encerramos o 1T19 com R\$ 122,9 milhões em caixa.

Se somado ao caixa o saldo de títulos e valores mobiliários detidos pela Companhia, a liquidez atinge R\$ 214,6 milhões.

Passivo

No Passivo circulante registramos, na rubrica de outras contas a pagar, as chamadas de capital do Consórcio no montante de R\$ 93,8 milhões, cujos pagamentos encontram-se suspensos pela Companhia.

Gráfico 6 Composição do Lucro/Prejuízo Bruto

Em R\$ milhões

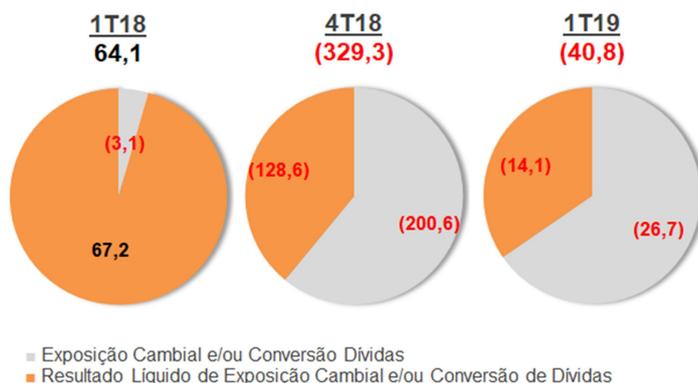
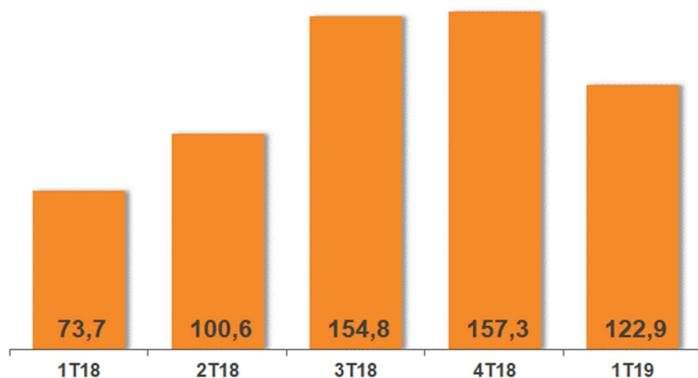


Gráfico 7: Posição de Caixa

Em R\$ milhões



O Passivo não circulante de R\$ 1.463,3 milhões, é composto essencialmente por (i) arrendamentos a pagar no valor de R\$ 716,5 milhões; (ii) provisões para obrigação de abandono de campos exploratórios no montante de R\$ 325,2 milhões; (iii) provisões para contingências regulatórias no valor de R\$ 154,1 milhões; e (iv) provisões para compensações ambientais na quantia de R\$ 66,8 milhões. A provisão para PIS/Cofins diferido de R\$ 142,0 milhões é decorrente de receitas de variações monetárias não-realizadas.

Destacamos que desde o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia não possui em aberto empréstimos e financiamentos com partes não relacionadas.

Em relação ao patrimônio líquido, este reflete o ajuste do capital social realizado em janeiro de 2019, quando a Companhia aprovou a incorporação de parte do saldo de prejuízos acumulados e de reservas de capital. Dessa forma, o capital social que no final de 4T18 era de R\$ 10.250,7 milhões foi reduzido para R\$ 412,4 milhões no 1T19, tendo como contrapartida variações nas contas de saldo de prejuízos acumulados e reservas de capital.

6. Eventos subsequentes ao encerramento do 1T19

Ação Anulatória

No dia 08 de abril de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante⁴, comunicando seus acionistas e o mercado em geral que, em 04 de abril de 2019, propôs perante a *Cour d'appel* (Tribunal de Apelações) de Paris, com fundamento no artigo 1520 do Código de Processo Civil Francês, ação com pedido de declaração de nulidade da Decisão proferida em 24 de setembro de 2018 na Arbitragem entre as sociedades consorciadas para exploração do BS-4.

Alienação de participação societária na Eneva

Em 10 de abril de 2019, a Oferta, conforme comunicado ao mercado do dia 27 de março de 2019, foi concluída, com a alienação da totalidade das ações detidas ao preço de R\$ 18,25 por ação, e liquidada, com resultado líquido de R\$ 85,3 milhões que foi incorporado ao saldo de caixa da Dommo Áustria.

Janela para exercício: Bônus de subscrição

Em 12 de abril de 2019, conforme aviso aos acionistas⁵ de 28 de março de 2019, a primeira janela para exercício do Bônus de subscrição se encerrou, tendo sido exercidos 294 bônus de subscrição, resultando na emissão de 3.406 ações.

⁴ [Fato Relevante 08 de abril de 2019](#)

⁵ [Aviso aos acionistas 28 de março de 2019](#)

7. Comentários adicionais da Administração

É recomendado que ao avaliar o resultado do 1T19 em relação aos resultados dos trimestres anteriores, os investidores considerem as divulgações de informação disponibilizadas pela Companhia. Em que pese o desempenho operacional positivo apresentado pela Companhia entre o 4T17 e 4T18, a Administração destaca que parte significativa desses resultados decorre da efetividade dos termos e condições pactuados nos acordos relacionados à reestruturação financeira e operacional da Companhia e que a sustentação da tendência de desempenho positivo é sujeita a tais termos e condições. As condições e demais informações dos Acordos foram divulgadas ao mercado em geral por meio dos Fatos Relevantes de 24 de julho de 2017, 3 de outubro de 2017, 22 de dezembro de 2017 e 26 de novembro de 2018, disponibilizados pelos canais de divulgação oficiais da Companhia, assim como constam no Formulário de Referência 2017 apresentado à Comissão de Valores Mobiliários, sendo recomendada a leitura como parte da avaliação individual de cada investidor.

Desde a data efetiva do Novo Afretamento, 4 de dezembro de 2018, a Companhia realizou dois *offloads*, em fevereiro e março, contemplando um período de 102 dias de produção (para efeitos do Novo Afretamento), que resultou no pagamento de US\$ 13,2 milhões de afretamento fixo, sem realização de pagamento de afretamento variável.

Anexo I – Reconciliação de Contas – Cálculo EBITDA Ajustado

Reconciliação de Contas - Cálculo EBITDA Ajustado	1T19	4T18	1T18
Receita líquida	114,4	129,8	146,8
Lucro (prejuízo) líquido	(40,8)	(329,3)	64,1
Ajustes			
Imposto de renda e contribuição social	-	(1,6)	-
Resultado financeiro	16,1	(23,5)	9,6
Depreciação e amortização	17,0	12,1	3,7
EBITDA conforme Inciso I do Art 3º da CVM 527	(7,8)	(342,3)	77,4
Outros ajustes			
IFRS 16	(6,6)	-	-
Provisões (estorno) sem efeito caixa não ligadas a operação TBMT	(3,8)	(31,7)	-
PIS e COFINS sobre resultado financeiro ^(a)	3,2	(24,7)	2,9
Impairment ^(b)	30,1	247,0	(16,4)
Provisão para perda em investimentos	-	223,3	-
Provisão para realização de ajustes acumulados de conversão	-	(43,2)	-
EBITDA Ajustado	15,1	28,4	63,8
Margem EBITDA Ajustado	13,2%	21,8%	43,5%

(a) Resultado decorrente da receita financeira de variação cambial e não tem efeito caixa. É contabilizado na DRE na rubrica despesa operacional. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

(b) Tem efeito similar à depreciação e não tem efeito caixa. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Dommo Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Dommo Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data e incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia e suas controladas apresentam capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 534.565 mil e R\$ 258.467 mil, individual e consolidado, respectivamente, decorrente basicamente da sua dívida de curto prazo com partes relacionadas e operações de arrendamento mercantil, bem como vem apurando prejuízos de forma recorrente e apresenta passivo a descoberto no encerramento do período findo em 31 de março de 2019 no montante de R\$ 397.491 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período de três meses do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 28 de março de 2019 e 15 de maio de 2018, respectivamente, sem modificação, contendo o mesmo parágrafo de incerteza de continuidade operacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e paragrafo de ênfase a um processo de arbitragem com relação a exclusão da Companhia do consórcio do bloco exploratório BS-4, que ora não mais se aplica conforme notas explicativas nº 1.2, 12 e 18.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Como parte de nossa revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de 31 de março de 2019, revisamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2 (e.1, e.2), que foram efetuados para alterar as informações contábeis intermediárias constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2018, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não sejam apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes às cifras de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as informações contábeis, individuais e consolidadas, daquele exercício tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2019.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O – 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RJ

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.369	51.922	122.888	157.311
Contas a receber	8	-	-	30.777	-
Estoque de óleo	9	38.382	30.576	36.513	28.899
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	91.732	79.078
Depósitos vinculados	7	3.261	3.245	6.371	3.245
Outros créditos e despesas antecipadas	10	6.731	13.605	8.094	15.183
Total do ativo circulante		108.743	99.348	296.375	283.716
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	9	-	-	10.533	10.533
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	15	14.524.454	14.533.575	-	-
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	14	91.876	89.620	101.836	99.272
Créditos com partes relacionadas	15	417.042	414.728	-	-
		15.033.372	15.037.923	112.369	109.805
Direito de uso	33	978.939	-	978.939	-
Investimentos	11	24.261	17.045	1.869	1.677
Imobilizado	12	230.063	243.003	231.090	244.023
Intangível	13	10	10	10	10
Total do ativo não circulante		16.266.645	15.297.981	1.324.277	355.515
Total do ativo		16.375.388	15.397.329	1.620.652	639.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	38.760	35.122	39.534	35.894
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher	14	36.768	35.369	36.777	35.381
Salário em encargos trabalhistas		13.331	11.855	13.331	11.943
Contas a pagar para partes relacionadas	15	202.580	199.363	66.513	72.152
Provisões diversas	17	697	3.480	697	3.480
Outras contas a pagar	18	74.929	74.720	121.747	121.272
Arrendamentos a pagar	33	276.243	-	276.243	-
Total do passivo circulante		643.308	359.909	554.842	280.122
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	15	14.219.649	14.268.774	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	15	446.621	409.537	-	-
Provisões diversas	17	604.736	596.589	604.736	596.589
PIS e COFINS diferidos	14	142.033	138.870	142.033	138.870
Arrendamentos a pagar	33	716.532	-	716.532	-
Total do passivo não circulante		16.129.571	15.413.770	1.463.301	735.459
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	20	412.392	10.250.677	412.392	10.250.677
Ações em tesouraria		-	(21.646)	-	(21.646)
Reservas de capital		(159.192)	1.727.383	(159.192)	1.727.383
Ajustes acumulados de conversão		61.105	60.815	61.105	60.815
Prejuízos acumulados		(711.796)	(12.393.579)	(711.796)	(12.393.579)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(397.491)	(376.350)	(397.491)	(376.350)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		16.375.388	15.397.329	1.620.652	639.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)
Receita líquida de venda	21	110.482	146.759	114.415	146.759
Custo dos produtos vendidos	22	(104.074)	(77.543)	(99.022)	(72.307)
Lucro (prejuízo) bruto		6.408	69.216	15.393	74.452
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	23	(14.986)	(8.211)	(16.097)	(8.517)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	5.654	(6.423)	4.156	(7.704)
(Perda) / reversão no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	26	(34.207)	12.903	(30.084)	16.449
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.510)	(14.307)	1.869	(1.021)
		(45.049)	(16.038)	(40.156)	(793)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		(38.641)	53.178	(24.763)	73.659
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	2.265	2.649	13.095	2.187
Despesas financeiras	24	(28.156)	(7.609)	(28.778)	(8.656)
Variação cambial líquida	24	23.713	15.851	(373)	(3.121)
		(2.178)	10.891	(16.056)	(9.590)
(Prejuízo)/Lucro antes dos tributos sobre o lucro		(40.819)	64.069	(40.819)	64.069
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	-	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do período		(40.819)	64.069	(40.819)	64.069
(Prejuízo)/Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	32	(0,01512)	0,02404		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)
(Prejuízo) /Lucro líquido do período	(40.819)	64.069
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>290</u>	<u>386</u>
Total do resultado abrangente	<u>(40.529)</u>	<u>64.455</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)		10.157.770	-	1.884.317	72.927	(11.722.602)	392.412
Ajustes acumulados de conversão (a)		-	-	-	386	-	386
Lucro líquido do período		-	-	-	-	64.069	64.069
Saldos em 31 de março de 2018 (reapresentado)		10.157.770	-	1.884.317	73.313	(11.658.533)	456.867
Ações emitidas em função da Incorporação de ações da OGPar	20	92.907	-	-	-	-	92.907
Ações em tesouraria (decorrente processo de incorporação de ações da OGPar totalmente realizadas até a data de publicação dessas demonstrações financeiras)	20	-	(54.200)	-	-	-	(54.200)
Ações em tesouraria – Venda de ações ocorrida entre 26 de novembro e 31 de dezembro de 2018	20	-	16.215	-	-	-	16.215
Efeito da incorporação de ações da OGPar		-	-	(140.595)	-	-	(140.595)
Ajustes acumulados de conversão – outras controladas (a)		-	-	-	(2.104)	-	(2.104)
Ajuste acumulado de conversão – Investimento Atlanta Field (a)		-	-	-	32.761	-	32.761
Ajuste acumulado de conversão – Baixa 100% investimento Atlanta Field (a)		-	-	-	(43.155)	-	(43.155)
Resultado na alienação da participação recíproca	20	-	16.339	(16.339)	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(735.046)	(735.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.250.677	(21.646)	1.727.383	60.815	(12.393.579)	(376.350)
Redução de capital com absorção de prejuízos acumulados	20	(11.722.602)	-	-	-	11.722.602	-
Efeito reflexo outros resultados abrangentes em controladas		-	-	(2.258)	-	-	(2.258)
Realização ações em Tesouraria OGPar	20	-	21.646	-	-	-	21.646
Ajustes acumulados de conversão	11.1	-	-	-	290	-	290
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(40.819)	(40.819)
Incorporação de saldos de reserva	20	1.884.317	-	(1.884.317)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2019		412.392	-	(159.192)	61.105	(711.796)	(397.491)

(a) O montante líquido dos ajustes acumulados de conversão é de R\$ (12.112)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias .

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do período		(40.819)	64.069	(40.819)	64.069
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	12	12.736	206	16.996	3.839
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.510	14.307	(1.869)	1.021
Opções de ações (pro rata, cancelamento/anulação e garantias)	17	(2.783)	(595)	(2.783)	(595)
Perda / (reversão) no valor de recuperação de ativos – Impairment	12 e 26	34.207	(12.903)	30.084	(16.449)
Provisões diversas	17	2.158	863	2.158	863
Variação cambial não realizada s/ financiamentos ativos e passivos		(25.556)	(18.237)	(7)	1.060
Juros/encargos sobre financiamento ativos e passivos provisionados		(1.951)	(2.332)	-	(1.788)
PIS e COFINS diferidos	14 e 25	3.163	2.873	3.163	2.873
Juros e variação cambial sobre provisão para abandono		5.802	4.627	5.802	4.627
Ajuste a valor justo ativos financeiros	24	-	3.471	(12.654)	3.471
Juros decorrente da adoção da IFRS 16	24 e 33	23.060	-	23.060	-
Ajuste custo do produto vendido decorrente da adoção da IFRS 16	33	(6.614)	-	(6.614)	-
Outros		-	1	(427)	(86)
Caixa aplicado nas operações		4.913	56.350	16.090	62.905
Variação nos ativos e passivos:					
Outros créditos e partes relacionadas		154.630	2.036	1.450	344
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	14	(2.256)	4.274	(2.564)	4.230
Contas a receber	8	-	(23.177)	(30.777)	(23.177)
Estoques	9	(10.338)	9.367	(10.146)	8.702
Depósitos vinculados	7	(16)	13.717	(3.126)	13.717
Títulos e valores mobiliários		-	-	21.646	-
Fornecedores	16	3.638	(4.340)	3.640	(5.054)
Salários e encargos trabalhistas		1.476	(3.867)	1.388	(3.867)
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher	14	1.399	1.861	1.396	1.861
Realização provisões diversas		(720)	(29.098)	(720)	(29.098)
Outras contas a pagar	18	209	(258)	475	573
		148.022	(29.485)	(17.338)	(31.769)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		152.935	26.865	(1.248)	31.136
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em participações acionárias	11	(831)	(381)	-	-
Aquisições de ativo imobilizado	12	(33.175)	-	(33.175)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(34.006)	(381)	(33.175)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Amortizações de principal		(110.482)	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(110.482)	-	-	-
Variação no caixa e equivalentes de caixa		8.447	26.484	(34.423)	31.136
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		51.922	36.008	157.311	42.537
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		60.369	62.492	122.888	73.673
Variação no caixa e equivalentes de caixa		8.447	26.484	(34.423)	31.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (reapresentado)
Venda de produtos	21	110.482	146.759	114.415	146.759
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, menos royalties, depreciação e amortização	22	(80.974)	(63.762)	(75.922)	(58.526)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		13.673	2.181	14.922	3.834
(Perda) / reversão no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	26	(34.207)	12.903	(30.084)	16.449
		<u>(101.508)</u>	<u>(48.678)</u>	<u>(91.084)</u>	<u>(38.243)</u>
Valor adicionado bruto		<u>8.974</u>	<u>98.081</u>	<u>23.331</u>	<u>108.516</u>
Retenções					
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	12	(12.736)	(206)	(16.996)	(3.839)
		<u>(12.736)</u>	<u>(206)</u>	<u>(16.996)</u>	<u>(3.839)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>(3.762)</u>	<u>97.875</u>	<u>6.335</u>	<u>104.677</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.510)	(14.307)	1.869	(1.021)
Receitas financeiras	24	2.265	2.649	13.095	2.187
		<u>755</u>	<u>(11.658)</u>	<u>14.964</u>	<u>1.166</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(3.007)</u>	<u>86.217</u>	<u>21.299</u>	<u>105.843</u>
Distribuição do valor adicionado					
Empregados (i)					
Remuneração direta		13.780	10.073	13.820	10.073
Benefícios		1.732	1.744	1.732	1.744
FGTS		781	943	781	943
		<u>16.293</u>	<u>12.760</u>	<u>16.333</u>	<u>12.760</u>
Tributos					
Impostos, taxas e contribuições		6.528	3.849	6.086	3.456
<i>Royalties</i>	22	10.548	13.781	10.548	13.781
Despesas financeiras e variação cambial líquida	24	4.443	(8.242)	29.151	11.777
Remuneração de capitais próprios					
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas		<u>(40.819)</u>	<u>64.069</u>	<u>(40.819)</u>	<u>64.069</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>(3.007)</u>	<u>86.217</u>	<u>21.299</u>	<u>105.843</u>

(i) Composto por valores alocados aos projetos como custo dos produtos vendidos ou imobilizado e por valores registrados como despesas administrativas e gerais.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

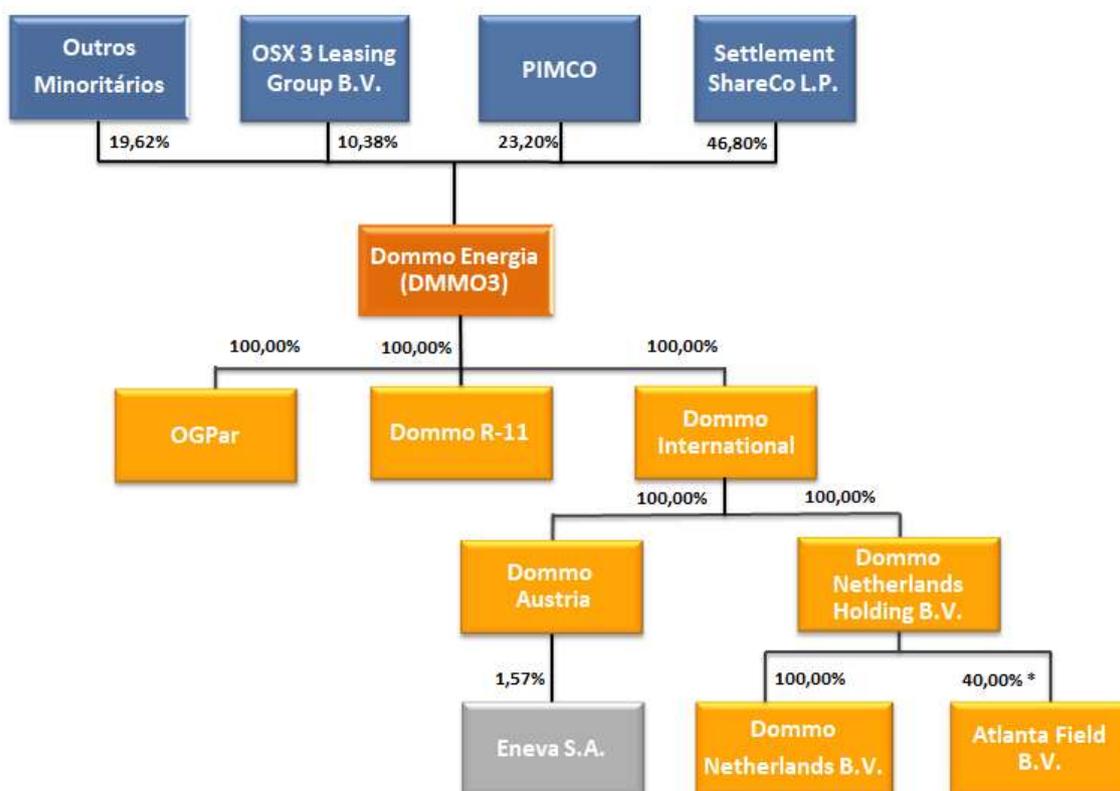
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

Em 31 de março de 2019 a Dommo Energia apresentava a seguinte estrutura societária:



Dommo Energia S.A., anteriormente denominada OGX Petróleo e Gás S.A., (“**Dommo Energia**” ou “**Companhia**”) foi constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade, em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A Dommo Energia poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades.

Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A., anteriormente denominada OGX R-11 Petróleo e Gás S.A., (“**Dommo R-11**”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da Dommo Energia.

Dommo International GmbH, anteriormente denominada OGX International GmbH, (**“Dommo International”**): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

Dommo Austria GmbH, anteriormente denominada OGX Austria GmbH, (**“Dommo Austria”**): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

Dommo Netherlands Holding B.V., anteriormente denominada OGX Netherlands Holding B.V., (**“Dommo Netherlands Holding”**): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

Dommo Netherlands B.V., anteriormente denominada OGX Netherlands B.V., (**“Dommo Netherlands”**): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a Dommo Energia, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio BS-4 composto por Dommo Energia com 40% de participação, Enauta Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“Operadora” “Enauta” ou “QGEP”) com 30% e Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. (“Barra”) com os 30% restantes (quando em conjunto “Consórcio” ou “Consórcio BS-4”).

Eneva S.A. (“Eneva”): Foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A fim de integrar suas operações a Eneva também é acionista de concessionárias de projetos de produção e exploração de gás natural na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, que fornece gás para as usinas termelétricas que foram construídas pela empresa no mesmo local. A Dommo Energia classifica a participação na Eneva como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado. Tais ativos estavam classificados em 31 de março de 2019 como “títulos e valores mobiliários” no ativo circulante. A totalidade dessas ações foi alienada em 4 de abril de 2019 - vide notas explicativas 6 e 34.

Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar”): Foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013, para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário. Em novembro de 2018 a Dommo Energia incorporou (“incorporação por ações”) a OGPar e passou a deter a totalidade das ações da OGPar. Para maiores detalhes sobre a incorporação por ações vide nota explicativa 11.

1.2 Portfólio

Em 31 de março de 2019 a Companhia possuía participação nos seguintes campos:

	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	%	
						Dommo Energia	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	Dommo Energia	100%	09/05/2012 a 09/05/2039
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	Dommo Energia	100%	19/04/2012 a 19/04/2039
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033

Campos em desenvolvimento e produção

Atlanta e Oliva – em disputa

Os campos de Atlanta e Oliva estão localizados no bloco BS-4 na Bacia de Santos (“BS-4” ou “Campos de Atlanta e Oliva” ou “Campo de Atlanta”) onde a Companhia possui 40% de participação no consórcio BS-4 composto ainda por Enauta Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“Operadora”, “Enauta” ou “QGEP”) com 30% de participação e Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. (“Barra”) com os 30% restantes (quando em conjunto “Consórcio” ou “Consórcio BS-4”). O Campo de Atlanta iniciou a produção no dia 2 de maio de 2018.

Em outubro de 2017, a Barra notificou a Dommo Energia informando que estaria exercendo, sem oferta de pagamento de preços ou reparação de danos, uma opção de exigir a exclusão da Companhia do *Joint Operating Agreement* (“JOA”), do contrato do Consórcio BS-4 e do contrato de concessão (“Notificação”). Segundo consta na Notificação, o fundamento da exigência seria a incapacidade da Dommo Energia de remediar suposta inadimplência até o 60º (sexagésimo) dia após a data do envio de notificações de inadimplemento relativos às chamadas de recursos (*cash calls*) para cobertura dos gastos do Consórcio BS-4 (nota 19e).

A esse respeito, a Companhia comunicou ao mercado no dia 23 de outubro de 2017 que iniciou procedimento de arbitragem a ser administrado pela London Court of International Arbitration - LCIA, nos termos do regulamento de arbitragem da UNCITRAL, contra a Barra e a Enauta, para questionar (i) o exercício da suposta opção pela Barra de exigir que a Dommo, sem qualquer oferta de pagamento de preço ou de indenização, se retire do JOA referente ao BS-4, do contrato do Consórcio BS-4 e do Contrato de Concessão do BS-4; (ii) o estado de inadimplência da Enauta na qualidade de operadora do Consórcio BS-4; e (iii) a ilegalidade de determinadas cláusulas do JOA que supostamente autorizariam o exercício das ações intentadas pela Barra e Enauta. Há também pedido de condenação da Barra e Enauta ao pagamento das perdas e danos causados por tais condutas (nota 19e).

O Tribunal arbitral proferiu decisão preliminar, com efeitos a partir do segundo trimestre de 2018 (“2T18”), na qual determina que a parcela referente à participação de 40% na receita proveniente da venda do óleo seja depositada em uma conta *escrow*, que os depósitos serão utilizados para pagar *cash calls* emitidos após a decisão preliminar e outros custos e que o saldo remanescente será levantado pelo vencedor da disputa. Dessa forma, e em consonância com o CPC 25, a Dommo Energia não registrou os *billings statements* e os *cash calls*, recebidos a partir do 2T18, nos montantes de R\$ 136.458 e de R\$ 120.103, respectivamente. Da mesma forma, a receita decorrente da venda de óleo também não foi registrada. Em 18 de julho de 2018, a Operadora emitiu um comunicado à Dommo Energia sobre a abertura da conta *escrow* onde devem ser depositados os valores da venda do óleo e na qual foram depositados R\$ 42.045 em pagamento à parcela de 40% em disputa referente aos carregamentos ocorridos. Durante esse período, a Operadora resgatou o valor integral depositado na *escrow* para pagamentos dos *cash calls*, recebidos a partir do 2T18.

No dia 25 de setembro de 2018 a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo Tribunal Arbitral (“Decisão”) relativa à primeira fase do procedimento arbitral, conforme fato relevante divulgado no dia 23 de outubro de 2017. A referida Decisão declara, dentre outras coisas, que a notificação emitida pela Barra em 10 de outubro de 2017, no intuito de exercer, sem oferta de pagamento de preço, a opção de exigir a exclusão da Companhia do JOA, do contrato de Consórcio e do contrato de Concessão, todos relativos ao Bloco BS-4 – conforme fato relevante de 20 de outubro de 2017 –, foi válida ao tempo em que realizada, devendo produzir efeitos desde a data de seu recebimento pela Companhia, ou seja, 11 de outubro de 2017, sem prejuízo da possibilidade de esta exclusão ter sua nulidade atestada em uma etapa subsequente da arbitragem, com a produção de provas que deem suporte a tal anulação. A primeira fase do procedimento arbitral não comportava produção de provas, tendo a Decisão previsto que, em nova(s) fase(s) do procedimento arbitral, mediante produção de provas, a Dommo Energia ainda possa pleitear anulação da sua exclusão e da transferência compulsória da sua participação no Bloco BS-4 e/ou indenização por perdas e danos contra Enauta e Barra. A Decisão revogou a decisão preliminar sobre a venda do óleo de titularidade da Dommo produzido em BS-4, mas manteve a receita do óleo com a Barra e GQEP, razão pela qual a Dommo permanece não registrando a receita nem os *cash calls*.

Os efeitos e a consequente exequibilidade da Decisão em território nacional estão sujeitos aos procedimentos de homologação de sentença estrangeira, a cargo do Superior Tribunal de Justiça – STJ, nos termos da Constituição Federal e da legislação vigente.

Nesse contexto e atendendo especificamente a legislação contábil representada pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Dommo Energia reclassificou o montante de R\$ 205.920 da parcela de sua participação no BS-4 que estava classificado como mantido para venda e registrou novamente no imobilizado o valor de R\$ 101.602 e no intangível o valor de R\$ 104.318. Também em consequência da determinação dessa legislação contábil, complementou o montante da *impairment* cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.084.369 e que, conforme descrito na nota explicativa 26, está liquidado da provisão para abandono no montante de R\$ 264.020 em 31 de dezembro de 2018 (nota explicativa 17b) e dos *cash calls* recebidos após outubro de 2017 cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 47.648 (nota explicativa 18). Adicionalmente a Companhia reverteu a parcela do imposto de renda e da contribuição social diferidos referentes à projeção de lucros tributáveis futuros decorrentes do Bloco BS-4, considerando os aspectos inerentes a venda do óleo mencionados no processo arbitral. Ressaltamos que essas reclassificações dos registros contábeis atendem essencialmente a determinações do CPC 01 e do CPC 25, e não representam o entendimento

da Administração da Companhia e de seus assessores jurídicos sobre a Decisão e nem trazem prejuízo a qualquer estratégia jurídica a ser eventualmente implementada.

Tubarão Martelo

O campo de Tubarão Martelo localizado na Bacia de Campos ("Campo de Tubarão Martelo" ou "TBMT") encontra-se em produção e é operado pela Companhia. A Plataforma de Produção, Armazenagem e Carregamento de Petróleo (*Floating Production Storage and Offloading - FPSO*) denominada FPSO OSX-3, de propriedade da OSX-3 Leasing B.V. ("OSX-3"), está alocada à produção do campo.

Em 26 de novembro de 2018 a Companhia celebrou, mediante aprovação de seu Conselho de Administração, um novo aditamento ao contrato de afretamento ("Novo Afretamento") com a OSX 3 Leasing B.V. ("OSX 3"), para prolongar o afretamento existente por um período de até 20 anos. A OSX 3 é a proprietária da FPSO OSX-3 ("FPSO"), utilizada como unidade de produção no Campo de Tubarão Martelo ("TBMT"), que atualmente produz em torno de 6.000 barris de petróleo por dia. Adicionalmente, em conjunto ao Novo Afretamento, a Companhia e a OSX 3 também cancelaram a opção de compra para a aquisição do TBMT, opção esta que era detida pela OSX 3 após a recuperação judicial.

Nos termos do contrato de afretamento anterior ("Antigo Afretamento"), que havia sido negociado como parte da reestruturação do endividamento da Companhia enquanto ainda estava em recuperação judicial (conforme informado no Fato Relevante divulgado em 24 de julho de 2017), a OSX 3 poderia notificar a Companhia a qualquer momento sobre sua intenção de remover a embarcação do TBMT. Além disso, como proteção adicional à OSX 3, a Companhia concedeu uma opção de compra que permitia à OSX 3 adquirir o TBMT por USD 1,00 sob certas condições.

Os termos do Antigo Afretamento dificultavam que a Dommo Energia continuasse com os investimentos planejados e aprovados no TBMT, dada a incerteza quanto à permanência da FPSO como unidade de produção do TBMT. O Novo Afretamento foi negociado pelas partes a fim de proporcionar à Dommo Energia a visibilidade necessária e o comprometimento de longo-prazo para investir no TBMT e aumentar sua capacidade produção.

Como resultado do Novo Afretamento, a Companhia será capaz de retomar os investimentos planejados e aprovados no TBMT ("Revitalização"). A Revitalização consiste na conclusão do quinto poço, 4HP, que já foi perfurado e precisa ser conectado ao FPSO, bem como atividades de *workover* nos quatro poços produtores, conhecidos como 2HP, 6HP, 8H e 44HP. O objetivo da Revitalização é elevar a produção do TBMT para uma estimativa de 10.000 barris de petróleo por dia até o final de 2019. A Companhia estima que o gasto da Revitalização será de USD 77.900 ("Gasto de Revitalização"), montante este que deverá ser desembolsado ao longo dos próximos 12 a 18 meses e será financiado pelos saldos de caixa existentes e pela futura geração de caixa.

Abaixo estão os termos gerais do Antigo Afretamento, em vigor desde a implementação do acordo celebrado com os credores da Companhia em 24 de julho de 2017 ("Omnibus Deed" ou "Acordo de Credores"): (i) a outorga, pela Dommo Energia à OSX 3, de uma opção de compra sobre TBMT, através do pagamento de USD 1,00 acrescido da soma de outros valores ("Opção de Compra TBMT"); (ii) dadas certas condições precedentes, a outorga, pela OSX 3 à Dommo Energia, de uma opção de compra sobre 4.958.471 ações emitidas pela Eneva e detidas pela OSX 3, mediante o pagamento de USD 1,00 ("Opção de Compra Eneva"); (iii) ausência de um prazo determinado. A Dommo Energia, quando notificada a qualquer momento, teria que tomar todas as medidas necessárias para concluir o processo de

devolução da FPSO em até 240 dias contados do recebimento da notificação; (iv) pagamentos de afretamento baseados em uma fórmula estabelecida e efetivos até a devolução da FPSO à OSX 3.

Os Termos Gerais do Novo Afretamento são:

- (i) cancelamento da Opção de Compra TBMT;
- (ii) cancelamento da Opção de Compra Eneva;
- (iii) prazo de 20 (vinte) anos de vigência do afretamento, sujeito às disposições de rescisão antecipada, conforme descritos abaixo;
- (iv) os pagamentos de afretamento serão calculados e pagos a cada *offload*, com base em uma fórmula que distribuirá os fluxos de caixa gerados por TBMT entre as partes da seguinte forma:

Receita Bruta do TBMT, menos os royalties da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”), menos o Gasto de Revitalização do TBMT, menos os depósitos para o fundo de abandono (quando aplicável) = Fluxo de Caixa Bruto do TBMT (“TBMT-FCB”).

A divisão do TBMT-FCB entre as partes será da seguinte forma (cálculo pro-rata de acordo com o número de dias corridos entre os *offloads*):

- Pagamento pela Dommo Energia (“PD”): 100% do TBMT-FCB até USD 58.500 por ano;
- Pagamento do Afretamento (“PA”): 100% do TBMT-FCB até USD 47.200 por ano – equivalente a USD 129 de taxa diária.

Após os pagamentos acima, o fluxo de caixa remanescente do TBMT será dividido em 20% para a Dommo Energia, o pagamento variável da Dommo Energia (“PVD”), e 80% para o OSX 3, o pagamento variável do afretamento (“PVA”).

- (v) a fim de garantir esse novo contrato de afretamento de longo prazo e cancelar a Opção de Compra TBMT, a Dommo Energia efetuou em 27 de novembro de 2018 um pagamento à OSX-3 no montante de USD 50.000, com recurso do caixa corporativo e do depósito vinculado (nota explicativa 6), e realizará outro pagamento de USD 15.000 até 30 de setembro de 2019 (nota explicativa 15), totalizando R\$ 251.287 (USD 65.000) em 31 de dezembro de 2018 classificados como intangível (notas explicativas 1.3 e 13). No caso de rescisão do Novo Afretamento pela OSX 3 antes do vencimento do prazo contratual, haverá uma taxa de rescisão antecipada a ser paga pela OSX 3 à Dommo Energia da seguinte forma: USD 65,000 até 2019, USD 50,000 até 2020, USD 25.000 até 2021, USD 12.000 até 2022 e USD 6.000 até 2023.

Em conjunto com os termos financeiros descritos acima, o Novo Afretamento também inclui termos adicionais como garantias (penhora sobre o óleo, campo e recebíveis), penalidades por inadimplemento (para ambas as partes), conta de cobrança para o desembolso de pagamentos e outros termos negociados pelas partes.

Campo em processo de descomissionamento

Tubarão Azul

Conforme fato relevante divulgado no dia 22 de janeiro de 2016, foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no Campo. O abandono dos poços foi concluído no primeiro trimestre de 2018 e o descomissionamento do campo está em andamento.

1.3 Continuidade das operações

A celebração do novo contrato de afretamento da FPSO OSX-3 entre a Companhia e OSX-3 estabeleceu novas condições permitindo a realização de intervenções em poços do Campo de Tubarão Martelo que resultarão na produção de 10,5 MMbbls (milhões de barris) até 2022 e na consequente geração incremental de caixa no montante de R\$ 251.906. Esse novo cenário é a base para a reavaliação da *impairment* do imobilizado de Tubarão Martelo cujas premissas são descritas na nota explicativa 12. Essas ações relacionadas a Tubarão Martelo possibilitarão à Companhia obter o fluxo de caixa necessário à manutenção de suas operações e fazer frente aos custos de produção e às despesas operacionais ao longo do período estimado de produção até 2022. Importante ressaltar que a reserva total de Tubarão Martelo é de 13,9 MMbbls, sendo que além dos 10,5 MMbbls classificados como provada (1P) e a serem produzidos até 2022 há outros 3,4 MMbbls classificados como prováveis (2P) que poderão ser produzidos até 2024 dependendo de novas avaliações econômicas que justifiquem a revisão do corte econômico. Esse volume de 13,9 MMbbls está suportado pelo relatório emitido pela Gaffney, Cline & Associates em 5 de setembro de 2018 e utilizado tanto na negociação do novo contrato de afretamento quanto na avaliação econômica que resultou na reavaliação da *impairment*. Essa extensão da vida útil de Tubarão Martelo é o principal fundamento que suporta a premissa de continuidade da Companhia.

Não obstante as intervenções supramencionadas que mitigam a geração de caixa no médio prazo, a Administração da Companhia chama a atenção para aspectos que indicam a existência de incertezas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional no longo prazo. A Dommo tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou passivo a descoberto em 31 de março de 2019 no montante de R\$ 397.491 (R\$ 376.350 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, possui relevantes passivos de longo prazo no montante de R\$ 604.736 em 31 de março de 2019 (R\$ 596.589 em 31 de dezembro de 2018) e divulgados na nota explicativa 17. Importante ressaltar que ainda é incerto o momento de realização desses passivos como, por exemplo, o abandono do Campo de Tubarão Martelo e que a capacidade de quitá-los depende de uma série de cenários cuja avaliação, uma vez já resolvida a geração de caixa no médio prazo (2022), será intensificada pela Companhia a partir de 2019. Assim, a administração da Companhia tem trabalhado em planos para reverter a situação mencionada acima.

Uma das alternativas de mitigação dessas incertezas e ainda sob estudos de viabilidade pela Administração da Dommo, é a implementação de um novo plano de desenvolvimento do Campo de Tubarão Martelo, visando explorar o volume potencial de 33,4 MMbbls, adicional à reserva de 13,9 MMbbls, sendo 4,7 MMbbls classificados como possível (3P) e 28,7 MMbbls como recursos contingentes. O volume de 4,7 MMbbls está vinculado à possível conexão de um poço já perfurado mas ainda em avaliação. Outra opção, ainda em estágio preliminar, de exploração e desenvolvimento considerada para explorar o volume potencial de 28,7 MMbbls é a utilização de injeção de água e perfuração de novos poços produtores. Tal novo plano de desenvolvimento depende, entre outros fatores, da futura reavaliação geológica do Campo bem como da previsão de preço do petróleo no longo prazo a qual, se favorável, constitui

gatilho que pode tornar o novo plano de desenvolvimento economicamente viável, estendendo a vida útil do Campo bem como a geração de caixa. Dados mais recentes disponíveis da US Energy Information Association – EIA (Annual Energy Outlook 2019) projetam um crescimento médio real dos preços do petróleo entre 2018-2050 de 1,20% ao ano.

Ainda com relação ao possível novo plano de desenvolvimento, destacamos os riscos geológicos e de preço que têm influência determinante nessa avaliação. O risco geológico refere-se tanto à dificuldade de extração quanto à possibilidade de que as reservas acessíveis em qualquer depósito sejam menores do que o estimado. Geólogos de petróleo e gás trabalham arduamente para minimizar o risco geológico, testando com frequência tais avaliações e reduzindo as variações dessas estimativas. O nível de confiança dos resultados relacionados ao volume estimado de reservas é expresso através dos termos "provado" ou "1P", "provável" ou "2P" e "possível" ou "3P". Além do risco geológico, o preço do petróleo e do gás é o principal fator para decidir se uma reserva é economicamente viável. Basicamente, quanto mais relevantes forem as barreiras geológicas à extração, maior o risco de preço que um determinado projeto enfrenta. Isso ocorre porque a extração não convencional geralmente custa mais do que uma perfuração vertical até um depósito. Isso não significa que as empresas de petróleo e gás automaticamente suspendam as operações em um projeto que se torna não rentável devido a uma queda de preço. Geralmente, esses projetos não podem ser rapidamente desativados e reiniciados. O acompanhamento e estudo dos preços prováveis ao longo do prazo do projeto são essenciais no processo decisório de investimento.

Caso os estudos de viabilidade se mostrem positivos, a Companhia necessitará de fontes de recursos para financiar o projeto. Nesse sentido, há diversas estruturas que podem ser exploradas, desde as similares ao novo contrato de afretamento recente da FPSO OSX-3 até o acesso aos mercados de crédito e de capitais, uma vez que atualmente a empresa não apresenta alavancagem financeira, estando em condições de estruturar financiamentos típicos da indústria de óleo e gás.

Outro aspecto relevante são as contingências tributárias classificadas como possíveis e divulgadas na nota explicativa 19 no montante de R\$ 2.811.164 em 31 de março de 2019 (R\$ 2.773.103 em 31 de dezembro de 2018) para as quais o julgamento da Companhia e de seus advogados é de que há argumentos e fundamentos que sustentam nossa defesa a respeito dos questionamentos das autoridades tributárias. Além disso, deve-se considerar que há significativa incerteza quanto ao prazo para desfecho desses assuntos.

Destacamos que as ações que resultaram na extensão do prazo de produção de Tubarão Martelo buscaram equacionar as questões de liquidez de curto e médio prazos. E, conforme comentado acima, a Companhia segue empreendendo esforços almejando o equilíbrio financeiro de longo prazo.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 17, a Companhia está discutindo com a ANP o valor da garantia referente às provisões para abandono de poço de Tubarão Martelo. Conforme descrito na referida nota, o valor do depósito em garantia será de aproximadamente USD 65 milhões, entretanto, este montante não irá causar um desequilíbrio relevante no fluxo de caixa da Companhia, pois o valor do depósito irá reduzir o desembolso financeiro referente ao custo variável mensal do aluguel da FPSO OSX-3.

Com relação ao ativo BS-4, a Companhia constituiu uma *impairment* na totalidade do valor investido para atender a legislação contábil (vide nota explicativa 12). Esse ativo permanece em disputa arbitral (vide nota explicativa 1.2).

Com base nos planos descritos acima, a Companhia possui a capacidade de continuar operando e as demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando a base contábil de continuidade operacional.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias

Base de preparação

a. **Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia apresenta as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 – (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC, o IAS 34 emitido pelo IASB, e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. **Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, quando aplicáveis, e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo (*fair value*).

c. **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 1.3** - As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando a continuidade da Companhia.
- **Nota explicativa 12b** - estimativa de recuperação das reservas para fins de testes de provisão para recuperação de ativos, depreciação pelo método de unidades produzidas, provisão para abandono de área, impostos diferidos, bem como com efeito relevante na avaliação da premissa de continuidade operacional.

- **Notas explicativas 11** - Investimento na Atlanta Field BV (“AFBV”)
- **Notas explicativas 12 e 13** - Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e teste de *impairment*.
- **Nota explicativa 14** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
- **Nota explicativa 17** - Provisão para obrigação de abandono e compensação ambiental - premissas de taxa de desconto utilizada.
- **Nota explicativa 19** - Contingências - expectativa de êxito ou perda.
- **Nota explicativa 29** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

e. Reapresentação

e.1 Ajustes acumulados de conversão

Em linha com o disposto no CPC 38 e no CPC 48, e nas cláusulas 6.1, 6.1.1 e 6.2 do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia reclassificou o montante referente à Dommo Austria GmbH registrado como provisão para perda em investimentos em controlada para empréstimos e financiamentos com partes relacionadas. Como resultado dessa alteração, os efeitos cambiais do investimento nessa controlada anteriormente registrados como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido foram reclassificados para a linha de variação cambial no resultado do período.

Em consonância os efeitos dessa reclassificação e com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis, estão sendo reapresentados os saldos a seguir demonstrados.

	Demonstração do Resultado do Período		
	Controladora		
	01/01/2018 a 31/03/2018		
Resultado de equivalência patrimonial	(8.147)	(6.160)	(14.307)
Lucro do período	70.229	(6.160)	64.069

Demonstração do Resultado do Período Consolidado			
01/01/2018 a 31/03/2018			
Variação cambial líquida	3.039	(6.160)	(3.121)
Resultado do período	70.229	(6.160)	64.069

Demonstração do Fluxo de Caixa Controladora			
01/01/2018 a 31/03/2018			
Lucro do período	70.229	(6.160)	64.069
Resultado de equivalência patrimonial	8.147	6.160	14.307

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado			
01/01/2018 a 31/03/2018			
Lucro do período	70.229	(6.160)	64.069
Variação cambial não realizada s/ financiamentos ativos e passivos	(5.100)	6.160	1.060

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Controladora e Consolidado			
01/01/2018 a 31/03/2018			
Ajustes acumulados de conversão	(259.906)	333.219	73.313
Lucros (prejuízos) acumulados	(11.325.314)	(333.219)	(11.658.533)

e.2 Aumento de capital

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis, os saldos do capital social e da reserva de capital de 31 de dezembro de 2017 estão sendo rerepresentados.

A escritura de emissão das debêntures determina que a atualização do montante subscrito não é devida na conversão das debêntures em ações, conforme definido nas cláusulas 4.21.2.8 e 4.21.2.16 do 5º aditivo da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures. Entretanto, tal dispositivo não foi observado no momento da capitalização, que considerou a atualização indevidamente. Dessa forma, a Companhia, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 3 de agosto de 2018, retificou o valor do aumento de capital que havia sido aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2017 e onde se lia que o referido aumento de capital foi no montante de R\$ 681.120 deve-se ler que tal aumento de capital foi no valor de R\$ 505.210. A quantidade de ações emitidas de 1.732.538.613 (um bilhão, setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentas e treze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal foi mantida, tendo sido, entretanto, ajustado o seu preço de emissão para R\$ 0,2916014 por ação.

Com a retificação, o capital social da Companhia, totalmente integralizado, passou de R\$ 10.333.679 para R\$ 10.157.770. O efeito correspondente é um aumento do deságio registrado como reserva de capital em função da diferença entre o valor justo por ação de R\$ 1,31 à época da capitalização e o preço de emissão que alterou de R\$ 0,3931341 por ação para R\$ 0,2916014 por ação. Como consequência, a Dommo Energia está rerepresentando as linhas do capital social e da reserva de capital, ambas no patrimônio líquido, e os efeitos são demonstrados a seguir.

	Balanco Patrimonial Controladora		
	Originalmente Apresentado	31/03/2018	
		Ajustes	Reapresentado
Capital social	10.333.679	(175.909)	10.157.770
Reservas de capital	1.708.408	175.909	1.884.317

f. Divulgação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2019 foram apreciadas pela Administração em 15 de maio de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) são as mesmas aplicadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (“IFRS 16”) a partir de 01 de janeiro de 2019 e os efeitos dessa mudança foram refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. As demais novas normas, descritas no item 3.2 dessa nota, efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019, não tem efeito material nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Companhia no atual cenário.

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nestas informações contábeis intermediárias.

3.1. CPC 06 (R2) – Arrendamentos (“IFRS 16”)

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos (“IFRS 16”) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos (“IFRS 16”) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é a arrendatária

A Companhia reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos anteriormente classificados como operacionais. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma

diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(ii) Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06 (R2) foi aplicado em todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

3.2. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas informações trimestrais e demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro (“IFRIC 23”)
- Alterações no CPC 48 relacionadas à Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (“IFRS 9”).
- Alterações no CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“IAS 28”).
- Alterações no CPC 33 Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (“IAS 19”).
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

4 Preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações de todas as empresas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	31/03/2019	31/12/2018
Controladas diretas:		
Dommo International	100,00	100,00
Dommo R-11	100,00	100,00
OGPar (i)	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Dommo Austria	100,00	100,00
Dommo Netherlands Holding	100,00	100,00
Dommo Netherlands	100,00	100,00
Controladas em conjunto:		
Atlanta Field (ii)	40,00	40,00

(i) Incorporada por troca de ações em 26 de novembro de 2018 (nota explicativa 11)

(ii) Controlada em conjunto (“empreendimento em conjunto”) com a Enauta e a Barra (nota explicativa 11).

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Administração da Companhia e de suas controladas definem como “caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e conta corrente	60.369	51.922	119.895	142.233
Certificado de Depósito Bancário (“CDB”)	-	-	-	13.478
Fundo de investimento	-	-	2.993	1.600
	60.369	51.922	122.888	157.311

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado. O CDB é emitido e garantido junto ao Banco Itaú. Possui liquidez diária e sua remuneração fixada é 95,5% do CDI e o Fundo de Investimentos Itaú TOP RF Referenciado DI, administrado pelo Banco Itaú, é lastreado basicamente em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas. Esses ativos são classificados como equivalentes de caixa porque possuem características de conversibilidade imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Ações ordinárias Eneva S.A.	91.732	79.078

A totalidade dessas ações foi alienada em 4 de abril de 2019. Vide nota explicativa 34.

7 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
DVB Bank (i)	3.261	3.245	3.261	3.245
CDB Itaú (ii)	-	-	3.110	-
	3.261	3.245	6.371	3.245

- (i) Depósito vinculado associado à prestação de garantia de desativação e/ou fundo de abandono do Campo Tubarão Azul.
- (ii) CDB vinculado à garantia de contratos com fornecedores associados à Revitalização do Campo de Tubarão Martelo.

8 Contas a receber

O saldo de R\$ 30.777 em 31 de março de 2019 está associado à comercialização do óleo do Campo de Tubarão Martelo. Em 31 de dezembro de 2018 não há saldo a receber em aberto. O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é inferior a 30 dias.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo circulante				
Estoque de óleo	38.382	30.576	36.513	28.899
Ativo não circulante				
Materiais de exploração e produção (E&P) (i)	68.522	68.522	79.055	79.055
(-) Provisão para perda (ii)	(68.522)	(68.522)	(68.522)	(68.522)
	-	-	10.533	10.533
Total circulante e não circulante	38.382	30.576	47.046	39.432

- (i) Composto basicamente por materiais necessários à execução de campanhas de perfuração da Companhia como, por exemplo, tubos e brocas. A Companhia atualmente não opera em nenhuma campanha de perfuração e nem tem perspectivas de operar qualquer outra campanha. Dessa forma, foi constituída provisão para perda desses materiais.
- (ii) A Companhia avalia periodicamente as oportunidades de alienação desses materiais e constituiu provisão para perda para manter o ativo ao valor esperado de realização.

Conciliação estoque (óleo e materiais E&P) e demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.576	39.432
Saldo em 31 de março de 2019	38.382	47.046
Varição	(7.806)	(7.614)
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 31 de dezembro de 2018	(4.527)	(4.527)
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 31 de março de 2019	4.605	4.605
Provisão para perda no estoque de 31 de dezembro de 2018	68.522	68.522
Provisão para perda no estoque de 31 de março de 2019	(68.522)	(68.522)
Ajuste custo de produção em função da IFRS 16	(2.610)	(2.610)
Varição dos estoques na DFC	(10.338)	(10.146)

Movimentação estoque de óleo consolidado

	31/12/2018 Estoque inicial	Custo da produção	Custo dos produtos vendidos	31/03/2019 Estoque final
<i>Leasing</i>	5.448	38.230	(31.267)	12.411
O&M	5.886	21.397	(19.968)	7.315
Logística	7.860	20.398	(21.266)	6.992
Outros gastos	1.470	3.099	(3.421)	1.148
Depreciação	4.527	12.630	(12.552)	4.605
<i>Royalties</i>	3.708	10.882	(10.548)	4.042
	28.899	106.636	(99.022)	36.513

10 Outros créditos e despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Prêmio de seguros	3.355	936	3.355	936
Adiantamentos a fornecedores	2.650	11.755	4.281	11.758
Adiantamentos a colaboradores	274	356	288	369
Outros	452	558	170	2.120
	6.731	13.605	8.094	15.183

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Dommo International	19.410	11.844	-	-
OGX R11	4.851	5.201	-	-
Ajuste equivalência OGX Netherlands (i)	-	-	1.869	1.677
	24.261	17.045	1.869	1.677

- (i) Refere-se à parcela da receita do *lease* da OGX Netherlands eliminada na consolidação contra o custo de produção (estoque) da Dommo Energia.

11.1 Movimentação do investimento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2018	184.812	193.242
Contribuição de capital em participações societárias	381	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(5.774)	(924)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.307)	(1.021)
Reclassificação investimento Dommo Austria	17.603	-
Saldo em 31 de março de 2018	182.715	191.297
Contribuição de capital em participações societárias	75.048	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(5.312)	31.646
Provisão para perda em investimentos (Atlanta Field B.V.)	-	(223.273)
Resultado de equivalência patrimonial	(759.784)	2.007
Reclassificação investimento Dommo Austria	524.378	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.045	1.677
Contribuição de capital em participações societárias	831	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	290	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.510)	1.869
Reclassificação equivalência patrimonial OGPar (ii)	1.763	-
Estorno ajuste equivalência OGX Netherlands período anterior	-	(1.677)
Reclassificação investimento Dommo Austria (i)	5.842	-
Saldo em 31 de março de 2019	24.261	1.869

- (i) O saldo de R\$ 5.482 refere-se à movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria, cujo detalhe está no quadro do item (b) dessa nota explicativa e na nota explicativa 15.
- (ii) O saldo de R\$ 1.763 refere-se à equivalência patrimonial da OGPar que foi reclassificada para “empréstimos e financiamentos” (ativo). Vide maiores detalhes no item (b) abaixo.

(a) Provisão para perda em investimento (Atlanta Field B.V. ou AFBV)

Em 9 de janeiro de 2019, a QGEP Netherlands Holding B.V. e a Barra 1 S.à.r.l emitiram uma notificação conjunta solicitando a transferência de 100% da participação acionária da OGX Netherlands Holding B.V. na AFBV na proporção de suas participações.

Em 10 de janeiro de 2019, a Barra 1 S.à.r.l iniciou uma arbitragem contra a OGX Netherlands Holding BV cobrando o montante USD 6.219 referente a cash calls em aberto. Em 16 de janeiro de 2019 a QGEP Netherlands Holding B.V. emitiu uma notificação mencionando que a Dommo possui valores de *cash calls* em aberto no montante de USD 5.375.

Em 31 de março de 2019, o montante provisionado somadas as participações de Barra 1 S.à.r.l e da QGEP Netherlands Holding B.V. era de R\$ 46.667 (R\$ 46.404 em 31 de dezembro de 2018) conforme divulgado na nota explicativa 18.

A Dommo Energia, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, está analisando tais notificações e as possíveis ações administrativas, judiciais e arbitrais a serem conduzidas. Mesmo considerando uma avaliação de perda como possível pelos assessores jurídicos e vinculada às conclusões da arbitragem relacionada ao BS-4, a Companhia constituiu uma provisão para perdas em investimentos (impairment) relativa à sua participação na AFBV no montante de R\$ 223.273.

Ressaltamos que essa alteração do registro contábil atende essencialmente a determinações do CPC 01 e do CPC 25 e, não representa o entendimento da Administração da Companhia e de seus assessores jurídicos sobre as notificações e a arbitragem iniciada e nem traz prejuízo a qualquer estratégia jurídica a ser eventualmente implementada.

(b) Investimento na OGPar – incorporação de ações

Em 26 de novembro de 2018, nos termos do artigo 157, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 358/02, foi aprovada, em assembleias gerais das Companhias, a incorporação de ações da OGPar pela Dommo Energia (“Incorporação de Ações”), bem como a dispensa da Dommo Energia de aderir, neste momento, em razão da Incorporação de Ações, ao segmento de governança corporativa do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Como resultado da incorporação de ações a OGPar passa a ser uma subsidiária integral da Dommo Energia e a Companhia passa a consolidar as demonstrações contábeis dessa controlada.

Os saldos do investimento na OGPar, que apresenta passivo a descoberto, estão apresentados líquidos dos mútuos a receber com partes relacionadas, conforme divulgado na nota explicativa 15.

11.2 Informações sobre as participações societárias

31 de março de 2019							
	No Brasil		No exterior				
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	OGX Netherlands Holding	OGX Netherlands	Atlanta Field
Ativo circulante	6.650	1.091	22	151.208	25	11	-
Ativo realizável a longo prazo	11.177	8.550	15	12.598.869	2.591	147.693	-
Investimentos	-	-	-	-	139.909	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.025	-
Total ativo	17.827	9.641	37	12.750.077	142.525	148.729	-
Passivo circulante	7	334	61	448	46.709	41	-
Passivo não circulante	12.969	78.381	2.083.347	14.852.410	11.495	8.779	-
Patrimônio líquido	4.851	(69.074)	(2.083.371)	(i) (2.102.781)	84.321	139.909	-
Total passivo + patrimônio	17.827	9.641	37	12.750.077	142.525	148.729	-
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Lucro (prejuízo) do período	(349)	(1.763)	602	(5.842)	7.110	7.806	-

31 de dezembro de 2018							
	No Brasil		No exterior				
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	OGX Netherlands Holding	OGX Netherlands	Atlanta Field (ii)
Ativo circulante	1.608	24.215	24	168.581	35	15	137.428
Ativo realizável a longo prazo	11.149	-	14	12.586.185	2.466	138.771	7.934
Investimentos	-	-	-	-	131.097	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.019	524.916
Total ativo	12.757	24.215	38	12.754.766	133.598	139.805	670.278
Passivo circulante	4	110.915	52	428	46.445	47	111.985
Passivo não circulante	7.552	-	2.085.080	14.851.277	11.431	8.662	110
Patrimônio líquido	5.201	(86.700)	(2.085.094)	(i)(2.096.939)	75.722	131.096	558.183
Total passivo + patrimônio	12.757	24.215	38	12.754.766	133.598	139.805	670.278
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	40%
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.469)	(18.398)	(771.595)	(616.866)	(152.338)	30.132	(1.728)

(i) Movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria:

Saldo em 31 de março de 2019	(2.102.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.096.939)
Movimentação demonstrada no item (a) dessa nota	(5.842)

(ii) Refere-se à totalidade do saldo do patrimônio líquido e do lucro/(prejuízo) do período.

12 Imobilizado (consolidado)

Imobilizado (consolidado)	Nota Explicativa	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Imobilizado de exploração e produção	Total
Custo								
Em 01 de janeiro de 2018		5.248	889	10.773	1.826	404	175.656	194.796
Adições		-	-	192	-	-	(33.386)	(33.194)
Adições - provisão para abandono (a)		-	-	-	-	-	(65.915)	(65.915)
Adições - provisão para compensação ambiental		-	-	-	-	-	4.766	4.766
Impairment BS-4	12b	-	-	-	-	-	(193.828)	(193.828)
Ajuste impairment relacionado ao abandono e demais ativos		-	-	-	-	-	13.109	13.109
Reversão parcial impairment Campo Tubarão Martelo	1.3	-	-	-	-	-	251.906	251.906
Ativo não circulante mantido para venda		-	-	-	-	-	101.602	101.602
Alienações		(376)	-	-	-	-	-	(376)
Ajustes acumulados de conversão Cias Offshore (c)		-	-	-	-	-	149	149
Em 31 de dezembro de 2018		4.872	889	10.965	1.826	404	254.059	273.015
Adições		-	-	-	-	-	33.175	33.175
Adições - provisão para compensação ambiental		-	-	-	-	-	907	907
Ajuste impairment		-	-	-	-	-	(34.207)	(34.207)
Alienações		(1)	-	-	-	-	-	(1)
Ajustes acumulados de conversão Cias Offshore (c)		-	-	-	-	-	7	7
Em 31 de março de 2019		4.871	889	10.965	1.826	404	253.941	272.896
Depreciação Acumulada								
Em 01 de janeiro de 2018		(3.787)	(630)	(10.766)	(87)	(387)	-	(15.657)
Depreciação e depletação no exercício		(456)	(82)	(16)	(206)	-	(29.520)	(30.280)
Baixa depreciação impairment		-	-	-	-	-	16.945	16.945
Em 31 de dezembro de 2018		(4.243)	(712)	(10.782)	(293)	(387)	(12.575)	(28.992)
Depreciação e depletação no período		(108)	(18)	(5)	(52)	-	(16.891)	(17.074)
Baixa depreciação impairment		-	-	-	-	-	4.260	4.260
Em 31 de março de 2019		(4.351)	(730)	(10.787)	(345)	(387)	(25.206)	(41.806)
Taxas de depreciação e depletação		10	10	20	10	20	(b)	
Valor residual líquido								
Em 31 de março de 2019		520	159	178	1.481	17	228.735	231.090
Em 31 de dezembro de 2018		629	177	183	1.533	17	241.484	244.023

- (a) Vide nota explicativa 17. Essa movimentação não tem efeito caixa.
- (b) A depreciação e a depleção do imobilizado de exploração & produção ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas ("DUP").
- (c) Referem-se aos ajustes de conversão do câmbio sobre os saldos ativos da controlada internacionais OGX Netherlands.

Avaliação de indicativos de impairment

A Companhia faz uma análise trimestral do status dos poços exploratórios. Caso sejam apontados como secos ou subcomerciais a Companhia realiza a baixa contábil para resultado. Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

a. Campo de Tubarão Martelo:

Histórico da avaliação de Tubarão Martelo:

Em 2014, o fluxo de caixa descontado elaborado para o Campo de Tubarão Martelo indicou que, considerados o cenário de preços e as projeções futuras utilizadas pela Companhia, os custos incorridos tornavam a produção economicamente inviável. Isto resultou na contabilização de uma provisão para não realização (*impairment*) dos ativos vinculados ao Campo de Tubarão Martelo, cujo montante de R\$ 3.237.254 foi registrado no ativo imobilizado, dos quais R\$ 691.758 e R\$ 2.602.681 foram registrados nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente. Já o montante de R\$ 80.473 foi registrado no ativo intangível, dos quais R\$ 23.288 e R\$ 57.185 foram registrados, respectivamente, em 2013 e 2014.

A Companhia realizou ações para reduzir os custos, ao longo do exercício de 2015, que não foram capazes de tornar a manutenção do Campo economicamente viável devido, principalmente, à queda do preço do petróleo à época. Em 19 de janeiro de 2016 a Companhia solicitou junto à ANP, a suspensão temporária da produção do Campo de Tubarão Martelo, não tendo expectativa de recuperabilidade futura destes ativos. No dia 26 de Abril de 2016, foi protocolada a solicitação para retomada de produção no Campo de Tubarão Martelo junto à ANP. No dia 01 de Julho de 2016, a Companhia recebeu ofício emitido pela ANP autorizando a retomada imediata da produção do Campo de Tubarão Martelo, por meio da FPSO OSX-3. O Campo de Tubarão Martelo atualmente encontra-se em produção.

Novo fato que modifica a recuperabilidade de Tubarão Martelo:

A celebração do novo contrato de afretamento da FPSO OSX-3 entre a Companhia e OSX-3 em 26 de novembro de 2018 estabelece novas condições que permitirão a realizações de intervenções em poços do Campo de Tubarão Martelo que resultarão na produção de 10,5 MMbbls (1P) até 2022 e a geração incremental de caixa no montante de R\$ 251.906. Esse novo cenário é o fato determinante para a reavaliação da *impairment* cuja projeção de fluxo de caixa considera as seguintes premissas-chave:

- Abordagem: Projetaram-se fluxos de caixa desalavancados, expressos em termos reais e apresentados em dólar norte-americano convertido a taxa de fechamento do terceiro trimestre de 2018 ("3T18").
- Prazo: A projeção inicia-se em setembro de 2018 e se estende até 2024 considerando as reservas provadas (1P) e prováveis (2P), sendo que a recuperabilidade está estimada até 2022 (1P), cujos detalhes são descritos na nota explicativa 1.3.
- Preço de venda: A referência utilizada é o preço médio do Brent obtido nas publicações do Banco Mundial.

- Intervenção nos poços: A Revitalização consiste na conclusão do quinto poço, 4HP, que já foi perfurado e precisa ser conectado ao FPSO, bem como atividades de *workover* nos quatro poços produtores, conhecidos como 2HP, 6HP, 8H e 44HP.
- Taxa de desconto: A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos reais e a taxa de desconto utilizada foi de 9,18% pós *tax* (11,36% pré *tax*).
- Valor residual: Não foi calculado um valor residual no último período, uma vez que a projeção foi estruturada com base na vida útil econômica dos ativos.

Destaca-se que, apesar da Administração utilizar as melhores expectativas, tais projeções estão sujeitas a incertezas diversas como custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, eficiência dos equipamentos e equipe de produção, legislações emitidas por autoridades como ANP e IBAMA, legislação tributária, e aspectos geológicos como volume e comportamento dos reservatórios.

Informações adicionais:

Durante a negociação e discussões referentes ao Novo Afretamento junto à OSX 3, a Dommo Energia preparou diversos estudos (“Materiais”) em relação à produção potencial do TBMT, a Revitalização, e um projeto de eficiência energética na FPSO. Considerando que os Materiais foram divididos com terceiros durante as discussões do afretamento, a Companhia decidiu divulgar os Materiais ao mercado em geral, esclarecendo, contudo, que as informações contidas nos Materiais não devem ser consideradas como previsões oficiais da Companhia, como orientações ou indicações futuras de expectativa de desempenho operacional e financeiro. Os estudos e conclusões contidos nos Materiais estão sujeitos a um número significativo de premissas internas que foram parte da negociação do Novo Afretamento e investidores não devem considerar ou se apoiar nos Materiais quando de seu processo de decisão de investimento em valores mobiliários da Companhia.

Os Materiais que foram preparados e compartilhados junto a terceiros incluem: (A) projeção interna de produção do TBMT; (B) Relatório de Auditoria da Produção do TBMT preparado pela Gaffney Cline & Associates (“GCA”); (C) Estudo de Cogeração para a FPSO.

- a. Projeção interna de produção do TBMT: A Revitalização deve prolongar a vida útil do TBMT até, pelo menos, 2024. A produção projetada da Companhia a partir do 3T18, e terminando em 2024, totaliza 13,9 MM bbls, considerando um perfil de curva de produção 2P. O fluxo de caixa base para o novo valor recuperável de Tubarão Martelo considera a produção de 10,5 MMbbls (1P) até 2022.
- b. Relatório de Auditoria da GCA: A fim de fornecer à OSX 3 uma avaliação independente das estimativas de produção preparadas internamente, em agosto deste ano a Dommo Energia contratou a GCA para auditar as projeções de produção do TBMT. Antes de analisar as informações contidas no relatório da GCA, é crucial que os investidores leiam o relatório inteiro incluindo a metodologia e a opinião dos auditores.
- c. Projeto de Eficiência Energética Conforme consta nas demonstrações contábeis da Companhia, o custo de diesel é atualmente um dos maiores componentes das despesas operacionais da FPSO. Para reduzir o consumo de diesel, a equipe técnica da Companhia vem atuando em conjunto com um consultor externo, especializado em soluções de eficiência energética. A Companhia está trabalhando para implementar, no curto prazo, a instalação de geradores a diesel na FPSO. O uso de geradores deve reduzir a utilização das turbinas a gás/diesel existentes, que são ineficientes devido às necessidades energéticas atuais da FPSO. A FPSO consome atualmente cerca de 43.000 litros de diesel por dia nas turbinas e, após a instalação dos geradores, a Companhia espera reduzir o consumo de diesel para cerca de 25.000 litros por dia, com uma redução de custo líquido potencial de BRL 1.500 por mês.

b. Campos de Atlanta e Oliva

Em 31 de dezembro de 2017, o *business plan* foi atualizado considerando as principais premissas: (i) volumes recuperáveis 197,4 MMbbl (milhões de barris) para os Campos de Atlanta e Oliva; (ii) *brent* de longo prazo, utilizando a média das projeções divulgadas por diferentes instituições financeiras, cujo preço projetado até dezembro de 2019 varia entre US\$ 62,82 e US\$ 65,49 e é fixado em US\$ 67,49 para os anos subsequentes; (iii) desconto de US\$ 14/bbl (barrel) do preço do petróleo tipo *brent* para venda devido às características do óleo e custos de transporte.

Esse ativo permanece em disputa arbitral conforme descrito na nota explicativa 1.2 e, atendendo especificamente a legislação contábil representada pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia revisou a *impairment* calculada e registrada em 30 de setembro de 2017 e complementou valor, cujo novo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.084.369 (R\$ 651.119 em 31 de dezembro de 2017). Não houve nenhuma alteração das premissas para 31 de março de 2019.

Movimentação da *impairment* do BS-4

Saldo da <i>impairment</i> em 31 de dezembro de 2017	651.119
Complemento da <i>impairment</i> do intangível (nota explicativa 13)	239.422
Complemento da <i>impairment</i> do imobilizado	193.828
Saldo da <i>impairment</i> em 31 de março de 2019	<u>1.084.369</u>

Depreciação

O imobilizado de exploração e produção é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

	Conciliação da depreciação e amortização - DFC	
	Controladora	Consolidado
Depreciação	12.814	17.074
Depreciação no estoque em 31/12/2018 conforme Nota Explicativa 9	4.527	4.527
Depreciação no estoque em 31/03/2019 conforme Nota Explicativa 9	(4.605)	(4.605)
Depreciação e amortização na DFC	<u>12.736</u>	<u>16.996</u>

13 Intangível (controladora e consolidado)

O intangível da Companhia corresponde a: (a) intangível de E&P, representado por bônus de assinatura pagos para se obter concessões de exploração, desenvolvimento e produção dos blocos e por valores pagos em aquisições de participações de terceiros (*farm ins*); (b) outros intangíveis representados, sobretudo, por *softwares*.

	Sistemas e programas de informática	Intangível de E&P	Total
Custo			
Em 01 de janeiro de 2018	40.568	142.127	182.695
Ativo não circulante mantido para venda	-	104.318	104.318
<i>Impairment (nota explicativa 12b)</i>	-	(239.422)	(239.422)
Em 31 de dezembro de 2018	40.568	7.023	47.591
Em 31 de março de 2019	40.568	7.023	47.591
Amortização acumulada			
Em 01 de janeiro de 2018	(40.557)	(7.023)	(47.580)
Amortização	(1)	-	(1)
Em 31 de dezembro de 2018	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Em 31 de março de 2019	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Taxas de amortização (% a.a.)	20		
Valor residual líquido			
Em 31 de março de 2019	10	-	10
Em 31 de dezembro de 2018	10	-	10

Adição e impairment relacionadas ao Charter Agreement de Tubarão Martelo

O montante de R\$ 251.287 (USD 65.000) corresponde ao investimento feito pela Companhia com o objetivo de garantir um contrato de afretamento por 20 anos e cancelar a Opção da OSX-3 Leasing BV de Compra Tubarão Martelo. Entretanto, dadas as incertezas inerentes à atividade e considerando a ainda preliminar fase de avaliação de tais recursos, a Companhia constituiu um *impairment* desse montante de R\$ 251.287 (nota explicativa 1.2)

Baixas e impairments

Conforme explicado na nota explicativa 12, no quarto trimestre de 2014 a Companhia revisou seu *Business Plan* e reconheceu *impairment* para o Campo de Tubarão Martelo no montante de R\$ 57.185. Para 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a recuperabilidade do Campo de Tubarão Martelo e os efeitos dessa revisão estão representados no imobilizado (nota explicativa 12). Adicionalmente, conforme descrito na seção “Avaliação de indicadores de *impairment*” da nota explicativa 12, a Companhia constituiu um complemento para provisão para *impairment* relacionada aos investimentos realizados no BS-4.

Amortização

A amortização do intangível de E&P ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas (“DUP”). Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o único campo com comercialidade declarada e com produção iniciada era o Campo de Tubarão Martelo.

14 Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo não circulante				
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar				
IRRF sobre aplicações financeiras	346	346	416	367
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	-	5.702	-	5.750
IRPJ saldo negativo	4.277	15	12.498	8.165
CSLL saldo negativo	1.556	-	1.556	-
PIS a compensar	14.602	14.183	14.602	14.183
COFINS a compensar	69.672	67.952	69.672	67.952
ICMS a recuperar	390	390	390	390
Outros a recuperar	1.033	1.032	2.702	2.465
	91.876	89.620	101.836	99.272
Passivo circulante				
Impostos e contribuições e participações governamentais a recolher				
IRRF	26.388	24.946	26.389	24.947
Retenção de contribuições sociais	100	105	105	113
COFINS a recolher	-	-	3	3
Royalties a pagar	3.965	3.997	3.965	3.997
Outros	6.315	6.321	6.315	6.321
	36.768	35.369	36.777	35.381
Passivo não circulante				
PIS e COFINS diferidos				
PIS diferido (i)	19.854	19.412	19.854	19.412
COFINS diferida (i)	122.179	119.458	122.179	119.458
	142.033	138.870	142.033	138.870

(i) No dia 01 de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 restabelecendo, a partir de 01 de julho de 2015, a alíquota do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativo. As alíquotas foram restabelecidas em 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, exceto para os casos previstos no próprio decreto, onde a alíquota se manteve a 0%. Tendo em vista que a Companhia tributa o resultado decorrente das variações monetárias em função da taxa de câmbio pelo regime de caixa, registrou provisão de PIS e COFINS diferidos sobre estas receitas de variações monetárias não realizadas.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2019		31/03/2018	
	Consolidado		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
(Prejuízo) / Lucro do período antes do IRPJ e CSLL	(40.819)	(40.819)	64.069	64.069
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Outras Adições Inedutíveis	-	-	575	375
Resultado das empresas no exterior	(602)	(602)	7.775	7.775
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	(41.421)	(41.421)	72.419	72.419
Alíquotas (%)	15% + Adicional 10%	9%	15% + Adicional 10%	9%
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(10.355)	(3.728)	(18.105)	(6.518)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(10.355)	(3.728)	(18.105)	(6.518)
Provisão para não realização de IRPJ e CSLL diferido	10.355	10.355	18.105	6.518
Composição do IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL – corrente	-	-	-	-
IRPJ e CSLL – diferido	-	-	-	-
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

Impostos diferidos e Business Plan

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem estoque de prejuízos fiscais não reconhecidos contabilmente no montante de R\$ 7.396 mil.

15 Partes relacionadas

	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Controladora				Empréstimos com partes relacionadas-Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		Contas a pagar para partes relacionadas		Contas a pagar para partes relacionadas		(não circulante)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
OGPar (i)	5.237	5.237	4.070	18.534	-	-	-	-	-	-
Dommo Austria (ii)	411.805	409.491	14.440.605	14.441.786	-	-	(446.575)	(409.491)	(14.219.649)	(14.268.774)
OGX Netherlands (iii)	-	-	4.691	4.615	(136.067)	(127.211)	-	-	-	-
Dommo International	-	-	62.194	61.162	-	-	-	-	-	-
OSX 3 Leasing B.V. (iv)	-	-	-	-	(66.513)	(72.152)	-	-	-	-
Dommo R-11	-	-	12.894	7.478	-	-	(46)	(46)	-	-
	417.042	414.728	14.524.454	14.533.575	(202.580)	(199.363)	(446.621)	(409.537)	(14.219.649)	(14.268.774)

	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Consolidado				Empréstimos com partes relacionadas-Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		Contas a pagar para partes relacionadas		Contas a pagar para partes relacionadas		(não circulante)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
OGPar (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OSX 3 Leasing B.V. (iv)	-	-	-	-	(66.513)	(72.152)	-	-	-	-
	-	-	-	-	(66.513)	(72.152)	-	-	-	-

Parte relacionada	Compõe saldo da rubrica na DRE	Consolidado Resultado	
		31/03/2019	31/03/2018
OSX 3 Leasing B.V. - Afretamento FPSO OSX 3	CPV	(35.578)	(4.100)
OGPar - Juros ativos sobre mútuos (i)	Resultado Financeiro	-	1.788
OSX Serviços Operacionais - Compensações OSX (iv)	Outras (receitas) despesas operacionais	-	738
		(35.578)	(1.574)

Abaixo maiores informações sobre a rubrica “Empréstimos e Financiamentos passivos com partes relacionadas”:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa de juros	Contraparte	Controladora			
						31/03/2019		31/12/2018	
						Principal	Juros	Total	Total
Pré-pagamento de exportação (PPE)	US\$	Semestral	30/07/2034	9% a.a.	Dommo Austria	9.453.975	391.571	9.845.546	9.901.191
Debêntures 12.431 de Infra-estrutura	R\$	Semestral	30/07/2034	10,5% a.a.	Dommo Austria	2.025.000	125.701	2.150.701	2.150.701
Mútuo	US\$	ao final do contrato	30/07/2034	Libor 6M + 2,5%	Dommo Austria	119.952	669	120.621	119.943
Investimento na Dommo Austria (*)	n/a	n/a	n/a	n/a	Dommo Austria	2.102.781	-	2.102.781	2.096.939
						13.701.708	517.941	14.219.649	14.268.774
					Circulante	-	-	-	-
					Não circulante	13.701.708	517.941	14.219.649	14.268.774

(*) Investimento na Dommo Austria que possui patrimônio líquido negativo classificado como empréstimos e financiamentos com partes relacionadas atendendo ao disposto no CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, ao que se refere sobre a equalização dos valores a receber e a pagar.

Movimento do passivo “Empréstimos e Financiamentos passivos com partes relacionadas”

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.268.774
(-) Amortização do principal e juros	(110.482)
(+) Variação cambial	55.515
(+) Ajuste Dommo Austria	5.842
Saldo em 31 de março de 2019	14.219.649

- (i) Refere-se basicamente a mútuo entre empresas ligadas.
- (ii) Empréstimos com partes relacionadas: No ativo refere-se aos créditos contra a Dommo Austria, em contrapartida da assunção da dívida referente aos *Senior Unsecured Notes*, que era garantida pela Dommo Energia, conforme previsto no plano de Recuperação Judicial. No passivo refere-se ao pré-pagamento de exportações, a debênture não conversível e ao mútuo a pagar à Dommo Austria.
- (iii) Refere-se substancialmente ao valor a pagar referente ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrado entre a Companhia e a investida OGX Netherlands e adiantamento para compra de equipamentos feito pela Companhia para OGX Netherlands.
- (iv) Valores relacionados ao arrendamento da FPSO OSX 3 conforme discriminado no quadro abaixo.

	Consolidado (Passivo)	
	31/03/2019	31/12/2018
Adiantamento de US\$ 15.000 a pagar em setembro de 2019	(58.451)	(58.122)
Arrendamento da OSX 3 a pagar	(8.062)	(14.030)
	(66.513)	(72.152)

Outras informações sobre a rubrica empréstimos e financiamentos com partes relacionadas (passivos)

US\$ 2,6 bilhões Senior Unsecured Notes e US\$ 2,6 bilhões PPE

Em 3 de junho de 2011, a OGPar realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 2.600.000 (equivalentes a R\$ 4.000.000) na modalidade *Senior Unsecured Notes* ou Títulos de Dívida no Exterior ("Bonds 2018"). O principal vence em 2018, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,5% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de junho e dezembro. Os recursos foram destinados prioritariamente ao financiamento do desenvolvimento da produção nas Bacias de Campos e Parnaíba. Os custos para captação de US\$ 46.072 (equivalente a R\$ 74.310) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em outubro de 2011 foi celebrado um aditivo ao instrumento de emissão dos Bonds 2018 no montante de US\$ 2.600.000, mediante o qual foi efetuada a substituição da OGPar por sua controlada a época Dommo Austria como emitente e principal devedora de tais títulos de dívida. Em contrapartida a esta operação, a OGPar e sua controlada a época Dommo Austria celebraram um contrato pelo qual foram cedidos pela OGPar à Dommo Austria os recursos captados com a emissão dos supracitados títulos de dívida (acrescentada a receita de juros gerada pela aplicação dos recursos captados até a data da cessão, bem como descontados os custos de emissão). Ainda em outubro de 2011 foi celebrado um contrato de pagamento antecipado de exportações ("PPE"), pelo qual a Dommo Austria concedeu à Dommo Energia um pagamento antecipado no montante de US\$ 2.600.000, com o propósito de financiar o desenvolvimento e produção do petróleo a ser exportado pela Dommo Energia à Dommo Austria. Em contrapartida ao pagamento antecipado, a Dommo Energia se comprometeu a exportar à Dommo Austria, até 27 de maio de 2018, através de um ou mais embarques, o número de barris de petróleo necessário para quitar o pagamento antecipado. O valor antecipado e ainda não quitado através de exportações de petróleo estava sujeito a juros de 9,0% a.a., com pagamentos semestrais.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial em 3 de junho de 2014 a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2018 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a

garantidora Dommo Energia. Em 30 de setembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O plano de recuperação judicial postergou o vencimento do PPE e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos bonds para 30 de julho de 2034. O plano prevê, ainda, que os juros do PPE entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

US\$ 1,1 bilhão Senior Unsecured Notes e R\$ 2,0 bilhões Debêntures Lei 12.431/11 de Infra-estrutura

Em 30 de março de 2012, a Dommo Austria realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 1.100.000 (equivalente a R\$ 1.900.000) na modalidade *Senior Unsecured Note* ou Títulos de Dívida no Exterior (“Bonds 2022”). O principal vence em abril de 2022, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,375% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de abril e outubro. Os custos para captação de US\$ 17.800 (equivalentes a R\$ 39.000) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em 28 de setembro de 2012 a Dommo Energia emitiu no mercado de valores mobiliários brasileiro, no âmbito da Instrução CVM 476, R\$ 2.000.000 em debêntures simples, quirografárias e não conversíveis em ações. A compensação da operação ocorreu em outubro de 2012. As debêntures são valores mobiliários enquadrados no âmbito da Lei 12.431/11 e os recursos levantados em decorrência da emissão foram integralmente utilizados para reembolsar gastos capitalizáveis incorridos pela emissora, durante a realização de sua campanha exploratória na Bacia de Campos, conforme expressamente previsto no Artigo 1º, § 1º, VI da referida Lei. As debêntures previam juros remuneratórios semestrais, em taxa anual de 10,5% ao ano. O principal vence em março de 2022. Na data da emissão das debêntures, os referidos títulos foram subscritos em sua integralidade pela Dommo Austria GmbH.

Com a aprovação do Plano em 03 de junho de 2014 a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2022 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a garantidora Dommo Energia. Em 30 de setembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O Plano postergou o vencimento das Debêntures e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos Bonds 2022 para 30 de julho de 2034.

O Plano prevê, ainda, que os juros das debêntures Lei 12.431/11 entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

Mútuos

O caixa das empresas controladas pela Dommo Energia é gerido de forma integrada de modo que sobras de caixa em uma Companhia podem ser transferidas para as demais através de contratos de mútuos entre as partes.

Em 31 de março de 2019 a Dommo possuía um contas a receber da OGPar decorrente de mútuos nos montantes de R\$ 5.237 e R\$ 73.144, no curto e longo prazos respectivamente (R\$ 5.237 e R\$ 105.234 em 31 de dezembro de 2018), cujo saldo foi formado inicialmente em 2014 no valor de R\$ 95.548. O mútuo de longo prazo está divulgado no montante de R\$ 4.070 (R\$ 18.534 em 31 de dezembro de 2018), pois está líquido do passivo a descoberto da OGPar no

valor de R\$ 69.074 em 31 de março de 2019 (R\$ 86.700 em 31 de dezembro de 2018). Em linha com as determinações do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vinha realizando mútuos regulares à OGPar com o objetivo de manutenção das suas despesas regulares e garantir sua continuidade até a conclusão da incorporação, ocorrida em 26 de novembro de 2018. Vide detalhes da incorporação de ações nas notas explicativas 11 e 20.

Em 27 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração autorizou, considerando o término do processo de alienação das ações DOMMO3 detidas pela OGPar, a Dommo Energia capitalizar o saldo remanescente de mútuos entre as empresas ("Saldo Final").

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	19.849	23.239	20.029	23.443
Fornecedores estrangeiros	14.097	9.852	14.691	10.420
Provisões E&P (i)	4.814	2.031	4.814	2.031
	38.760	35.122	39.534	35.894

- (i) Provisões de E&P contemplam basicamente os custos ainda não faturados incorridos/estimados com serviços de instalação *subsea* e produção de óleo e gás. As provisões de produção são baseadas nas taxas diárias contratuais.

Estes saldos estão classificados como "outros passivos financeiros" e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

17 Provisões diversas

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão ganho mínimo garantido (a)	697	3.480	-	-
Provisão para obrigação de abandono (b)				
Tubarão Azul	-	-	55.718	56.121
Tubarão Martelo	-	-	269.505	264.020
BS-4	-	-	-	-
Provisões para contingências regulatórias (c)	-	-	154.101	154.101
Provisões para compensações ambientais (d)				
Campo de Tubarão Azul	-	-	11.981	11.803
Campo de Tubarão Martelo	-	-	43.405	42.760
Bacia de Campos	-	-	2.151	2.119
Bacia de Santos	-	-	9.253	9.201
Provisão para compromissos regulatórios assumidos (Nota 28)	-	-	53.743	53.743
Provisões trabalhistas	-	-	4.879	2.721
	697	3.480	604.736	596.589

- a) Provisão para ganho mínimo garantido - opções de ações: Provisão referente ao ganho mínimo garantido associado aos contratos antigos de opções de ações, já encerrados. Ao longo do terceiro trimestre de 2014 a Companhia renegociou com os beneficiários do ganho mínimo os termos do Acordo. Para aqueles beneficiários

que aceitaram a proposta, a Companhia se comprometeu a pagar, no mês do acordo, 10% do valor total provisionado e mais 40% em 8 parcelas iguais mensais e consecutivas nos meses imediatamente subsequentes. Aqueles que aceitaram o Acordo concordaram que os 50% remanescentes, não seriam mais devidos pela Companhia.

- b) Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção: A partir da declaração de comercialidade de seus campos e início das atividades de desenvolvimento, a Companhia, passa a constituir provisão para atender à obrigação de abandono das áreas (*Asset Retirement Obligation - ARO*) ao final do período de concessão. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, sobretudo, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.
- i. Em consonância com a decisão da primeira fase do processo arbitral do Bloco BS-4 a Companhia baixou a provisão para abandono associada.
 - ii. A Companhia concluiu a fase de abandono de Tubarão Azul relacionada ao tamponamento dos poços e a provisão remanescente é para a retirada de equipamentos submarinos ainda em fase de discussão com a ANP.
 - iii. Em relação a garantia exigida nos contratos de Concessão, a Companhia está em fase de discussão e homologação com a ANP, cujo montante é de aproximadamente USD 65 milhões. Quando o processo de discussão e avaliação do valor exato a ser depositado estiver concluído, a Companhia irá avaliar junto a ANP a forma e os prazos em que os depósitos serão efetuados. A Companhia não possui expectativa de nenhum desembolso financeiro relevante para os próximos 12 meses em decorrência deste tema. Cabe mencionar que os depósitos em garantia influenciam os desembolsos financeiros referente ao cálculo do pagamento variável dos custos de aluguel da FPSO OSX 3. Conforme previsto no contrato de aluguel da FPSO OSX 3 assinado em 26 de novembro de 2018, a Companhia, ao efetuar os depósitos em garantia, irá reduzir o pagamento variável mensal do aluguel ao proprietário da FPSO.
- c) As provisões para contingências regulatórias referem-se à estimativas de multas relacionadas à regulamentações da ANP ou à cujo fato gerador já é conhecido. A Companhia não possui expectativa de nenhum desembolso financeiro relevante para os próximos 12 meses referente a estas contingências.
- d) Provisões para compensações ambientais relacionadas com a licenças ambientais. A Companhia se compromete junto ao IBAMA a efetuar certas compensações ambientais, com repasse de recursos a unidades de conservação.

18 Outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Consórcio BS-4 (i)	1.2	47.648	47.648	47.648	47.648
Atlanta Field B.V.	11	-	-	46.667	46.404
Honorários de êxito e outras provisões		27.281	27.072	27.432	27.220
		74.929	74.720	121.747	121.272

- (i) Em consonância com a decisão da primeira fase do processo arbitral do Bloco BS-4 a Companhia estornou no 3T18 os *cash calls* e os *billings* recebidos e registrados a partir de outubro de 2017. Para maiores detalhes sobre o assunto vide nota explicativa 1.2.

19 Contingências

A Dommo Energia observa as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes sobre o registro de provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada, bem como sobre divulgação de passivos contingentes.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2019 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas consideraram todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Os valores cujas perdas são consideradas prováveis estão provisionados e divulgados como “Provisões para contingências regulatórias” e “Provisões trabalhistas” na nota explicativa 17.

Os casos em litígios cuja expectativa de perda é considerada possível, baseado no julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas e nas opiniões dos advogados externos, não foram provisionados e são divulgados nessa nota explicativa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para tais litígios em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2019	31/12/2018
Tributária	2.811.164	2.773.103
Trabalhista	2.911	19.073
Cível	11.924	11.924
	<u>2.825.999</u>	<u>2.804.100</u>

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2019	31/12/2018
<p>Autor: Receita Federal do Brasil (“RFB”)</p> <p>Natureza do litígio: Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre as remessas de recursos ao exterior no período de 2009 para pagamentos de contratos afretamentos de embarcações com empresas estrangeiras.</p> <p>Situação atual: A discussão jurídica relacionada à incidência de IRRF trata da legalidade de ato normativo da RFB que garante alíquota zero para as referidas remessas. A Companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos. Os processos envolvendo CIDE encontram-se em fase administrativa e em 28 de novembro de 2018 a Dommo obteve decisão favorável no CARF. Essas discussões são classificadas como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia.</p>	106.954	104.490

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Aceitação de garantidor para suspensão de tributos federais em razão da admissão temporária no regime do Repetro.

Situação atual:

A Companhia impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de impugnar a lavratura de três autos de infração para a cobrança de Imposto de Importação, PIS e COFINS, em relação a suposta nacionalização da plataforma de petróleo FPSO OSX-3 devido a RFB não ter aceitado a OGPar como garantidora para aquisição da Plataforma de petróleo FPSO OSX-3 no Regime de Repetro, conforme regulamentado por ato normativo. Em setembro de 2018 a Companhia obteve decisão favorável no TRF.

791.996

760.706

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Cobrança de IRRF sobre remessas ao exterior pelo pagamento de juros decorrentes de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") – vide detalhes dessa operação na nota explicativa 15 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE e o não enquadramento da mesma, no ato normativo da RFB que regulamenta a alíquota zero de IRRF para remessa de juros ao exterior.

Situação atual:

A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.

679.852

675.545

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Não reconhecimento da dedutibilidade, na apuração do IRPJ e da CSSL, de despesas de juros decorrentes de Contrato de PPE – vide detalhes dessa operação na nota explicativa 15 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE. O efeito em caso de perda seria somente uma redução da base de prejuízo fiscal.

Situação atual:

A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.

593.677

593.677

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Litígio referente ao não reconhecimento, pela RFB, dos créditos de PIS e de COFINS apurados pela Companhia sobre os gastos exploratórios e de produção.

Situação atual:

A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.

567.673

567.673

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Auto de infração exigindo o recolhimento de IRRF supostamente devido sobre os pagamentos a fornecedores estrangeiros.

Situação atual:

A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.

68.680

68.680

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Diversos

Situação atual:

Diversos

2.332

2.332

2.811.164

2.773.103

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Autor: Diversos		
Natureza do litígio: Questionamentos de horas extras, adicional noturno, danos morais, e outros.		
Situação atual: A questão envolve processos em fases judiciais diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.	2.911	19.073

Descrição dos processos de cível	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Autor: IBM Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Limitada ("IBM")		
Natureza do litígio: Cobrança		
Situação atual: Em 29 de outubro de 2013 a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços pactuado com a IBM. O fornecedor alegou que a rescisão não foi válida e que continuou prestando serviços, sem por eles receber, mesmo após a distribuição do pedido de recuperação judicial em 30 de outubro de 2013. Ainda segundo a IBM, tais valores não estariam submetidos à Recuperação Judicial. A Companhia, dentre outros argumentos, defende que eventual prestação de serviço foi residual e coligada à desmobilização do contrato, razão pela qual qualquer montante eventualmente devido estaria circunscrito à Recuperação Judicial.	9.153	9.153

Autor: Acionistas minoritários da OGPar diversos		
Natureza do litígio: Cobrança		
Situação atual: Ação ordinária ajuizada por minoritários com objetivo de pleitear indenização a título de perdas patrimoniais sofridas, quanto às ações já alienadas e às ações ainda em carteira, referentes a Companhia.		
	2.771	2.771
	11.924	11.924

20 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

A tabela a seguir demonstra as movimentações no capital social da Companhia em 2019 e 2018.

Capital social em 31 de dezembro de 2017	10.157.770
(+) aumento do capital (i)	92.907
Capital social em 31 de dezembro de 2018	10.250.677
(+) Aumento de capital (ii)	1.884.317
(-) Redução de capital (iii)	(11.722.602)
Capital social em 31 de março de 2019	412.392

O capital social em 31 de março de 2019 é representado por 2.700.398.881 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

- (i) Aumento de capital em decorrência da incorporação de ações da OGPar. Para maiores informações vide nota explicativa 11.
- (ii) Incorporação de saldos de reserva capital.
- (iii) Redução de capital - Em 14 de janeiro de 2019 foi aprovada em AGE a redução do capital social da Companhia mediante a absorção dos seus prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

b. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 21.646 em 31 de dezembro de 2018 refere-se à participação recíproca da subsidiária integral OGPar na Dommo Energia e é consequência da incorporação por ações ocorrida em 26 de novembro de 2018, cujos detalhes estão descritos na nota explicativa 11. Em atendimento ao § 5º do Art. 244 da Lei 6.404/76 o qual determina que a participação recíproca, quando ocorrer em virtude de incorporação deverá ser eliminada no prazo máximo de 1 (um) ano, a Companhia dedicou esforços e liquidou toda essa participação recíproca até 13 de fevereiro de 2019 gerando R\$ 35.411 em caixa. Até a data de publicação dessas informações contábeis trimestrais, o saldo dessas ações em tesouraria foi totalmente liquidado, transformado em caixa e eliminando o efeito de redução no patrimônio líquido demonstrado em 31 de dezembro de 2018. A movimentação dessa participação recíproca registrada como ações em tesouraria é demonstrada abaixo:

	R\$
Valor justo das ações em 26 de novembro de 2018 registrado como ações em tesouraria	(54.200)
Ações vendidas no mercado aberto pela OGpar para terceiros entre a incorporação de ações e 31 de dezembro de 2018	16.215
Ajuste pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018	16.339
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(21.646)
Ações vendidas no mercado aberto pela OGpar para terceiros entre 31 de dezembro de 2018 a 31 de março de 2019	21.646
Saldo em 31 de março de 2019	-

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/1976 (redação alterada pela Lei 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/1995.

d. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos em controladas estrangeiras foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

e. Reserva de capital

O saldo negativo da reserva de capital no montante de R\$ (159.192) é decorrente do deságio apurado na incorporação por ações da OGPar.

21 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Óleo				
Receita bruta de vendas	110.482	146.759	114.415	146.759
(-) Impostos sobre as vendas	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	110.482	146.759	114.415	146.759
<i>Volume comercializado em kbbls (mil barris) (i)</i>			509,0	742,3

(i) Informação não revisada por auditores independentes

Em 2019 houve elevação no preço médio de venda do petróleo em comparação com 2018 (2019 - R\$ 224,8 por barril, contra R\$ 197,7 por barril em 2018).

22 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
<i>Leasing</i>	36.319	8.336	31.267	4.100
O&M	19.968	25.248	19.968	24.248
Logística	21.266	25.746	21.266	25.746
Outros Gastos	3.421	4.432	3.421	4.432
	80.974	63.762	75.922	58.526
<i>Royalties</i>	10.548	13.781	10.548	13.781
Depreciação/Amortização	12.552	-	12.552	-
	104.074	77.543	99.022	72.307

- Leasing: No consolidado refere-se ao custos de arrendamento do FPSO OSX-3. Na controladora inclui, ainda, o arrendamento de equipamentos subsea entre Dommo Energia e OGX Netherlands, cujo efeito é eliminado no consolidado.
- O&M: referem-se aos custos de operação e manutenção do FPSO OSX-3 e das bombas centrífugas submersas (BCS).
- Logística: referem-se aos custos com embarcações de apoio, helicópteros e combustível das embarcações de apoio e do FPSO.
- Outros Gastos: Inclui, dentre outros, alocação de despesas administrativas e gerais e custo de produtos químicos.

23 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Despesas com pessoal	6.053	394	6.054	394
Remuneração dos administradores (nota 27)	1.597	1.689	1.645	1.689
Ganho mínimo garantido - opções de ações	-	(595)	-	(595)
Depreciação e amortização	158	181	158	181
Despesas com escritório	1.814	1.233	1.823	1.279
Serviços prestados por terceiros	4.845	4.402	5.773	4.660
Outros	519	907	644	909
	14.986	8.211	16.097	8.517

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre provisão para abandono	(3.855)	(3.972)	(3.855)	(3.972)
Juros diversos	(28)	(118)	(29)	(751)
Valor justo instrumentos financeiros	(i) -	(3.471)	-	(3.471)
Despesa com juros IFRS 16 (nota 33)	(23.060)	-	(23.060)	-
Outras despesas financeiras	(1.213)	(48)	(1.834)	(462)
	(28.156)	(7.609)	(28.778)	(8.656)
Receitas financeiras				
Juros	1.951	2.333	-	1.789
Valor justo instrumentos financeiros	(i) -	-	12.077	-
Rendimento de aplicações financeiras	198	316	819	390
Outras receitas financeiras	116	-	199	8
	2.265	2.649	13.095	2.187
Variação cambial líquida	23.713	15.851	(373)	(3.121)
Resultado financeiro líquido	(2.178)	10.891	(16.056)	(9.590)

(i) Efeito do ajuste a valor justo das ações que a Companhia detém da investida Eneva S.A..

25 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
PIS/COFINS a compensar	(a)	7.756	2.568	7.756	2.568
PIS/COFINS diferidos	(b)	(3.163)	(2.874)	(3.163)	(2.874)
Provisão para perda de impostos a recuperar		(346)	(253)	(2.199)	(1.847)
Provisão para perda custos reembolsáveis abandono Campo de TBAZ		(6.903)	(4.386)	(2.889)	(925)
Compensações OSX		-	738	-	738
Provisões trabalhistas		(2.158)	(919)	(2.158)	(920)
Custos OGX Netherlands		-	-	(4.123)	(3.547)
Estorno provisões diversas		5.940	-	5.940	-
Reembolso custos assessoria jurídica		1.708	-	1.708	-
Outros		2.820	(1.297)	3.284	(897)
		5.654	(6.423)	4.156	(7.704)

a) Créditos de PIS/COFINS apurados no período

b) Despesa decorrente de PIS/COFINS diferidos sobre variação cambial ativa. Vide nota explicativa 14.

26 Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Imobilizado (nota explicativa 12)				
Ajuste <i>impairment</i> relacionado ao abandono e demais ativos	(34.207)	12.903	(34.207)	12.903
Baixa de depreciação <i>impairment</i>	-	-	4.260	3.633
	(34.207)	12.903	(29.947)	16.536
Ajustes de Conversão (i)	-	-	(137)	(87)
Efeito no resultado	(34.207)	12.903	(30.084)	16.449

(i) Ajuste de conversão afetando *impairment* das empresas internacionais.

27 Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia e de suas controladas está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Conselho de Administração (honorários e encargos)	530	422	554	422
Comitê de Auditoria (honorários e encargos)	55	130	55	130
Administradores (pró-labore, salários, benefícios e encargos)	893	1.036	917	1.036
Total da remuneração dos administradores	1.478	1.588	1.526	1.588
Conselho Fiscal (honorários e encargos)	119	101	119	101
Total da remuneração dos administradores + Conselho Fiscal (nota 23)	1.597	1.689	1.645	1.689

28 Compromissos assumidos

Programa Exploratório Mínimo (“PEM”)

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia recebeu correspondência da ExxonMobil, parceira e operadora do Bloco POT-M-762, comunicando que a mesma havia recebido um Ofício da ANP no dia 4 de julho de 2016 requerendo que ambas as partes, Dommo Energia e ExxonMobil, procedessem o pagamento do valor de R\$ 107.487 correspondente às 1.004,55 Unidades de Trabalho não cumpridas no Contrato de Concessão em epígrafe. Nessa correspondência, a ExxonMobil notificou a Dommo Energia a quitar 50% do valor (R\$ 53.743) em função das obrigações assumidas no *Joint Operating Agreement*. A esse respeito, no entendimento dos assessores legais da Dommo Energia, não deve ser concedido tratamento privilegiado a esse crédito referente ao PEM não cumprido, tendo em vista que trata-se de crédito constituído anteriormente à Recuperação Judicial da Dommo Energia, cuja exigibilidade somente seria possível após a implementação de determinadas condições. Assim, a Dommo Energia apresentou habilitação retardatária de crédito perante o Juízo em que tramita seu processo de recuperação judicial, requerendo a inclusão do crédito em questão no quadro geral de credores, tendo em vista que o compromisso do PEM é originário de fato ocorrido no primeiro semestre de 2013, ou seja, antes do pedido de recuperação judicial. Em 02 de março

de 2018, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu sentença entendendo pela extinção do processo sem resolução de mérito. Diante da referida decisão, a Companhia apresentou o recurso cabível, o qual foi julgado procedente no último dia 12 de julho de 2018, pela 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), sendo determinada a habilitação retardatária do crédito de R\$ 53.743 no quadro geral de Credores. Da referida decisão, ainda aguardamos o resultado do Recurso Especial interposto pela ExxonMobil para o Supremo Tribunal de Justiça. Desta forma, mesmo considerando a decisão favorável à Companhia no TJRJ, foi mantida a provisão para esse passivo (nota explicativa 17).

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantem operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Derivativos e gerenciamento de risco

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas possuem política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio da análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Gerenciamento de Riscos e na Norma de Aplicações Financeiras e Hedge.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço do petróleo

Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo

e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a possibilidade de utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia. A volatilidade do preço do petróleo tipo *brent* é uma das premissas da Companhia para efetuar teste de *impairment* de seus ativos. Vide notas explicativas 12 e 26.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange* e ICE - *Intercontinental Exchange*, assim como no mercado de balcão. No trimestre findo em 31 de março de 2019 a Companhia e suas controladas não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Para 31 de março de 2019 a Companhia e suas controladas não estão apresentando análise de sensibilidade para os derivativos de petróleo, pois, na data base em questão não havia posições em aberto.

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas

Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas trabalham no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Exposição cambial líquida

	<u>Consolidado</u>
	31/03/2019
Ativo (i)	10.815.341
Passivo (ii)	(10.896.366)
Ativos líquido em moeda estrangeira	<u>(81.025)</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, ao saldo de equivalentes de caixa, depósitos vinculados mantido em dólares, contas a receber em moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos ativos em dólares e ao crédito sub-rogado dos Bonds captados.
- (ii) Refere-se ao PPE passivo em US\$ entre Dommo Energia e Dommo Austria, vide nota explicativa 15 item (i), ao investimento na controlada Dommo Austria, vide anota explicativa 15, e a provisão para obrigação de abandono futuro dos Campos de Atlanta e Oliva e do Campo de Tubarão Martelo. Vide nota explicativa 17.

Análise de sensibilidade para risco cambial

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 31 de março de 2019:

- Cenário I: valorização do US\$ perante o R\$ - em 25%.
- Cenário II: valorização do US\$ perante o R\$ - em 50%.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade do saldo líquido de ativos e passivos em US\$ em aberto em 31 de março de 2019. Os valores positivos representam receitas e os negativos correspondem a despesas.

	Valor de referência (US\$)	Cenário I (R\$)	Cenário II (R\$)
Ativo líquido em moeda estrangeira	(20.793) (*)	(29.224)	(58.447)

(*) Corresponde aos R\$ (81.025) apresentados na seção de "exposição cambial líquida", na nota explicativa 29b.2, convertidos para US\$ pela taxa de fechamento de 31 de março de 2019 de R\$ 3,8967 por US\$.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o *rating* da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a Companhia possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	60.369	51.922	122.888	157.311
Depósitos vinculados	3.261	3.245	6.371	3.245
Contas a receber	-	-	30.777	-
Outros créditos (exceto despesas antecipadas)	3.376	12.669	4.739	14.247
Títulos e valores mobiliários	-	-	91.732	79.078
	67.006	67.836	256.507	253.881

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam de forma ininterrupta seguro de Risco de Petróleo, desde o início de sua campanha exploratória, incluindo as seguintes coberturas: Responsabilidade Civil contra danos materiais e/ou corporais a terceiros; Seguro de Controle de Poço, que dá cobertura para os danos causados pela ocorrência de acidentes tais como *kick* e *blowout*, erupção do poço devido ao descontrole de sua pressão, que pode levar ao abandono do mesmo, além de despesas como a reperfuração de poços ou limpeza e descontaminação. No dia 01 de março de 2019 esta apólice de seguro de Risco de Petróleo foi renovada por mais 18 meses, oferecendo cobertura até 01 de setembro de 2020. A apólice foi emitida pela FairFax Brasil.

Em 20 de fevereiro de 2019 foi renovado o Seguro P&I. Esse seguro de embarcação refere-se exclusivamente a poluição e remoção de resíduos. A apólice foi emitida pela Gard, oferecendo cobertura até 20 de fevereiro de 2020.

Em 31 de julho de 2018, foi renovado o seguro de Responsabilidade Civil Geral, pela Fairfax Brasil, com vencimento para 31 de julho de 2019, e em 07 de outubro de 2018 foi renovado o Seguro Patrimonial pela Fairfax do Brasil, oferecendo cobertura até 07 de outubro de 2019. O Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores - D&O foi renovado por mais 12 meses, vencendo em 02 de Agosto de 2019, junto às seguradoras Tokio Marine.

Em 31 de março de 2019 os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Campanha exploratória	US\$'000
Risco de petróleo (" <i>blow out</i> ") da Bacia de Campos (<i>Offshore</i>) Proteção e Indenização OSX-3 (P&I)	57.500 500.000
Demais seguros	R\$' 000
Riscos Operacionais Patrimonial	9.060
Responsabilidade Civil Geral	20.000
Responsabilidade civil de Administradores - D&O	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31 Informações por segmento

A exploração e produção de óleo e gás é o único segmento em que a Companhia e suas controladas atuam.

32 Resultado por ação

	<u>Consolidado</u>	
	31/03/2019	31/03/2018
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação		
Numerador básico e diluído:		
(Prejuízo) / lucro atribuível aos acionistas	(40.819)	64.069
Denominador básico e diluído:		
Média ponderada de ações	<u>2.700.402.287</u>	<u>2.665.444.020</u>
Resultado por ação – em reais	<u>(0,01512)</u>	<u>0,02404</u>

33 Arrendamentos mercantis (IFRS 16)

Os arrendamentos mercantis incluem, principalmente, a FPSO OSX-3 alocada à produção do Campo Tubarão Martelo, as embarcações de apoio e outros equipamentos atrelados à produção e a composição dos saldos e efeitos no resultado no trimestre dos direitos e uso e financiamentos estão demonstrados a seguir.

	<u>Direitos de Uso</u>		<u>Arrendamentos a pagar</u>	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
	<u>Custo</u>		<u>Principal e Juros</u>	
Ativos de exploração e produção	1.008.927	-	1.008.927	-
Edificações e benfeitorias	21.535	-	21.535	-
	1.030.462	-	1.030.462	-
	<u>Amortização acumulada</u>		<u>Amortização</u>	
Ativos de exploração e produção	(50.446)	-	(59.438)	-
Edificações e benfeitorias	(1.077)	-	(1.309)	-
	(51.523)	-	(60.747)	-
			<u>Despesa com juros</u>	
Ativos de exploração e produção			22.578	-
Edificações e benfeitorias			482	-
			23.060	-
Saldos líquidos	<u>978.939</u>	-	<u>992.775</u>	-
Aumento da despesa financeira com juros (nota explicativa 24)			(23.060)	
Diminuição do custo de produção e de outras despesas operacionais			9.224	
Redução do valor do estoque			(2.610)	
Redução do resultado do trimestre pela adoção do IFRS 16 em comparação ao resultado com as normas anteriores			<u>(16.446)</u>	

34 Eventos subsequentes

Participação na oferta pública secundária da Eneva S.A.

No dia 27 de março de 2019 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que participaria da oferta pública secundária da então investida Eneva S.A. anunciada na mesma data, com a totalidade das ações detidas (4.958.471 ações), na qualidade de vendedora, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia. No dia 04 de abril de 2019 foi concluído o processo da oferta secundária, com o estabelecimento do preço por ação de R\$18,25, resultando em um montante bruto total de R\$ 90.492 para Companhia.

Ação Anulatória

No dia 08 de abril de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante, comunicando seus acionistas e o mercado em geral que, em 04 de abril de 2019, propôs perante a Cour d'appel (Tribunal de Apelações) de Paris, com fundamento no artigo 1520 do Código de Processo Civil Francês, ação com pedido de declaração de nulidade da Decisão proferida em 24 de setembro de 2018 na Arbitragem entre as sociedades consorciadas para exploração do BS-4. Alienação de participação societária na Eneva

Janela para exercício: Bônus de subscrição

Em 12 de abril de 2019, conforme aviso aos acionistas de 28 de março de 2019, a primeira janela para exercício do Bônus de subscrição se encerrou, tendo sido exercidos 294 bônus de subscrição, resultando na emissão de 3.406 ações.

Diretoria

Paulo Souza Queiroz Figueiredo

Diretor Presidente

Eduardo Yuji Tsuji

**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**

Controller e Contador responsável

Luciano Magalhães Janoni

CRC-RJ 115869/O-9